

O COSMOPOLÍTICO

V.3 N.2 ago. 2015

Dossiê Organizações Paramilitares

Estado Islâmico / Boko Haram / FARC / Al-Qaeda

Págs. 8 a 20



**A PERPETUAÇÃO
DA MINUASTAH NO
HAITI:**

Uma questão de soberania
Pág.20

**A ALEMANHA
FRENTE À CRISE DA
ZONA DO EURO:**

Uma análise com base nas
concepções de poder de
Foucault
Pág. 24

OPERAÇÃO CONDOR:
A cooperação para o terror
no cone sul
Pág 30

**A INTERNET É UM
CAMPO DE BATALHA!**
As mulheres curdas, o ISIS e
os usos e discursos do online
em um conflito de repercussão
internacional

Pág. 39

STAFF

LÚCIO FLÁVIO BORGES NETO
EDITOR-CHEFE

ANDRÉS PEÑALOZA LANZA
EDITOR CIENTÍFICO

MARIA HELENA RIBEIRO
EDITORA CONSULTIVA

RAFAELA CARVALHO
EDITORA EXECUTIVA

APOIO



O COSMOPOLÍTICO | ANO 4
NITEROI, RJ - AGOSTO 2015

O Cosmopolítico é um periódico do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Criado em 2011, teve como objetivo divulgar textos acadêmicos, literários, charges, entrevistas, que condensassem os assuntos interentes às Relações Internacionais. No ano de 2013, iniciou-se uma reformulação total d'O Cosmopolítico. Inicialmente sendo um periódico impresso, tornou-se uma publicação integralmente online, a fim de facilitar sua divulgação.

Em 2014, o Cosmo passou por uma expansão em seu quadro de membros, passando a contar com uma equipe maior, capaz de lidar com os desafios de sua nova fase e comprometida em transformar o periódico em uma referência na área.



EQUIPE EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)

Prof. Dr. Luiz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Thomas Heye (UFF)

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

Prof. Dr. Thiago Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto (UFF)

Prof. Dr. André Varella (UFF)

Prof. Dr. Jonuel Gonçalves (UFF)

Prof. Fernando Brancoli (PUC - Rio)

Prof. Edson Branco M. Luiz (UNIGRANRIO)

Prof. Dr. Gabriel Passetti (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro Chaves (UFF)

Profa. Beatriz Mattos (UFF)

Prof. Dr. Vitélio Brustolin (UFF)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Atul Singh (University of Pennsylvania)

Prof. Paulo Duarte (Université Catholique de Louvain)

EDITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Manuela Melani

Matheus Sousa

Eduardo Botelho

Alexandre Rodrigues

EDITORIA DE COMUNICAÇÃO

Fabiana Calabrese

Rayan Vahia

Giovanny Ferreira

Clara Alves

Fernanda Coutinho

Lara Brito

Júlia Soares

Isadora Guerra

EDITORIA DE REDAÇÃO

Agatha Lopes

Fernando César

Leandro Ortolan

Natália Araújo

Juliana Caulo

Victor Brito

Letícia Ferreira

Yasmin Cunha

Samyres Amaral

Gabriel Asaf

Anderson Amendola

Luana Ayala

Larissa Carvalho

SUMÁRIO

DOSSIÊ

ORGANIZAÇÕES PARAMILITARES

A matriz paramilitar no Sistema Internacional, pag.
6

Agatha Lopes

Terrorismo e paramilitarismo: a Al-Qaeda e o poder ideológico, pág. 8

Andrés Penãloza Lanza

Boko Haram: Uma história da ascensão, pág. 12

Juliana Caulo

Colômbia: Guerra em duas frentes, pág. 14

Luana Ayala

ARTIGOS

A perpetuação da MINUSTAH no Haiti: uma questão de soberania, pág. 20

Manuela Franchini Melani

A Alemanha frente à crise da Zona do Euro: uma análise com base nas concepções de poder de Foucault, pág. 24

Kelly Patrícia Ernst

Operação Condor: A cooperação para o Terror no Cone Sul, pág. 30

Maria Aparecida Felix Mercadante

A Internet é um campo de batalha! As mulheres curdas, o ISIS e os usos e discursos do online em um conflito de repercussão internacional, pág. 39

Gabriella de Toledo S.C.L. de Moura

Thaís dos Santos Choucair

COLONAS

DIREITO INTERNACIONAL

Tratados internacionais que versam sobre direitos humanos, pág. 45

Anderson Amendola

POLÍTICA INTERNACIONAL

Cuba e Estados Unidos: novos ares nas Américas, pág. 47

Gabriel Asaf e Natália Araújo

Geopolítica da catástrofe: o Nepal entre a destruição interna e a inviabilidade estratégica, pág. 49

Fernando César

RESENHAS CULTURAIS

Nada de Novo no Front, pág. 53

Juliana Caulo

Indonésia e a natureza da impunidade, pág. 55

Yasmin Paes



DOSSIÊ: ORGANIZAÇÕES PARAMILITARES

A matriz paramilitar no Sistema Internacional

AGATHA LOPES



Os desafios da conjuntura global levam à reflexão de temas clássicos no âmbito das Relações Internacionais e da História. Em decorrência do surgimento de novos grupos paramilitares evoca-se o pensar a guerra e sua articulação, remetendo a debates teóricos acerca a nova guerra, ou, em outra perspectiva, a sublevação de grupos armados frente aos Estados. Compreender o fenômeno do paramilitarismo necessita delimitação da historicidade dessa forma organizacional, assim como rever a matriz da guerra e seus atores. Nessa breve introdução ao tema não serão propostos conceitos-chave; apresentar-se-ão, porém, distintos panoramas teóricos discorrendo da tipologia da guerra e organizações armadas.

Comumente se atrela o paramilitarismo à guerra, conquanto a percepção clássica aforisme “a continuação da política por outros meios”, ou seja, um fenômeno interestatal. Embora a célebre frase de Clausewitz não defina a guerra em sua totalidade, o surgimento de novos atores, senão os Estados, frente a tal definição restrita fomentou discussões sobre a “nova guerra”. A percepção clausewitziana calca-se momentaneamente no tempo de enunciação – época dos embates entre Estados Nacionais, o período Napoleônico, um confronto de forças arregimentadas. Pautando-se apenas em uma visão generalista do oficial prussiano e de sua mais celebrada

definição, correntes contemporâneas tipificam “gerações da guerra” a fim de melhor estudá-la. Advogando a tese das Gerações, autores como Thomas Hammes, William S. Lind, e Keith Nightengale propõem uma Quarta Geração das Guerras onde a assimetria e descentralização do monopólio estatal da força explicam eventos contemporâneos. Segundo tais autores, a insurgência paramilitar, a guerrilha, terrorismo e pluralidade de grupos rebeldes são características novas no Sistema Internacional cujas batalhas sempre se configuraram de forma hierárquica, estatal, com táticas e interesses políticos definidos. Embates de Quarta Geração partem da tríade moral-física-mental, onde grupos claramente paramilitares, em oposição aos Estados e suas forças oficiais, atuam pluralmente. Utiliza-se, portanto, tanto de táticas de atrito e coerção – como guerrilhas, frentes de combate dispersas, terrorismo – como a desmoralização, subversão, ameaças, terror psicológico. Há um modus-operandi comum nos conflitos pós-Guerra Fria, sejam eles incitados por grupos separatistas, ou religiosos, ou com quaisquer outras pretensões quebrando o status-quo.

Ao enumerar características da Quarta Geração, o elemento desorganização hierárquica e insurgência são privilegiados. Todavia, grupos como o antigo IRA (Irish Republican Army) possuíam alta organização, contando

inclusive com uma divisão político-partidária; em outra mão, as Guardas Municipais do Brasil Imperial serviam claramente ao Estado. Assinala-se, portanto, três inflexões: organizações paramilitares podem ter elevado grau de organização e pleitear, inclusive, objetivos altamente políticos; existiam antes do final da Guerra Fria; não necessariamente contrariam ao Estado. Arguindo a identidade de tais organismos a partir de breves exemplos, outra tipologia da guerra implode as bases dos teóricos de Quarta Geração. Sir Michael Howard ao dividir a História Europeia grupos belicosos (Guerra dos Cavaleiros; dos Mercenários; dos Mercantes; dos Profissionais; das Nações; das Tecnólogos) intrinsecamente alude a ideia de o monopólio da força não pertencer apenas ao Estado, assim como viabilizar a existência de grupos paramilitares. A exemplo, a Guerra dos Mercenários era travada entre grupos paramilitares que não se sublevavam e inclusive serviam aos governantes, ao contrário do comportamento esperado pelos teóricos anteriormente mencionados.

Por outra via, à luz de John Keegan, dada a guerra como fenômeno anterior ao Estado Nacional, grupos paramilitares já existiam justamente antes dele. Por sua vez, tais grupos não necessariamente faziam frente ao poder vigente, e poderiam, inclusive, servirem de frente armada. Interpretando seu debate sobre a guerra cultural à luz do paramilitarismo, tomemos dois exemplos citados pelo próprio autor: os mamelucos e os cossacos. Os mamelucos, escravos militares, acabaram tornando-se uma poderosa frente armada de diversos Estados Islâmicos da antiguidade, como a elite paramilitar do califado abássida. Já na Rússia, os naturalmente aguerridos cossacos integraram unidades paramilitares do Tzar.

Contraopondo ambas perspectivas é possível delinear de forma tênue o que sejam grupos paramilitares, mas não há como abarcar de forma sólida um conceito geral de paramilitarismo dadas suas multifaces temporal, histórica, cultural ou de filiação estatal ou não. Pró ou contra a ordem vigente, frente aos eventos atuais onde pululam organizações em busca de afirmação, é mister contemplar as Relações Internacionais sob um abrangendo tais atores, sejam rebento da nova guerra ou historicamente presentes no Sistema.

Bibliografia

HAMMES, Thomas X. *The Sling and the Stone: On War in the 21st Century*. Minneapolis: Zenith Press, 2006.

HOWARD, Sir Michael. *War in European History*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIND, S William; NIGHTENGALE, Keith; SCHMITT, John F; SUTTON, Joseph W; WILSON, Gary. *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*. Marine Corps Gazette: 1989; 73, pg. 22

SCHUURMAN, Bart. Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”. *Military Review* - Setembro-Outubro 2011.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010.

Terrorismo e paramilitarismo: a Al-Qaeda e o poder ideológico

ANDRÉS PEÑALOZA LANZA



RESUMO

Atualmente passando por uma fase de enfraquecimento e à sombra da nova ameaça mundial - o Estado Islâmico-, a Al-Qaeda não deixa de ser a expressão máxima do terrorismo do século XXI a partir dos ataques de 11 de setembro. Porém, sua história começa mais de 20 anos antes de 2001 e suas origens dizem muito sobre os novos desdobramentos do jihad mundial. O presente artigo pretende explicar as origens da organização terrorista paramilitar desde o MAK e o EIJ para explicar as bases ideológicas das quais parte o jihad que a Al-Qaeda defenderá e suas interpretações do Alcorão, demonstrando que a principal motivação da organização é, principalmente, uma luta ideológica, e não de interesse econômico ou de expansão territorial pelo poder. Palavras-chave: Al-Qaeda, jihad, Islã, Osama bin Laden, Afeganistão, MAK, EIJ, Abdullah al-Zawahiri

RESÚMEN

Actualmente pasando por una fase de debilitación e bajo la sombra de la nueva amenaza mundial- o Estado Islámico-, Al-Qaeda no deja de representar la expresión máx-

ima del terrorismo del siglo XXI a partir de los ataques del 11 de septiembre. Sin embargo, su historia comienza más de 20 años antes de 2001 y sus orígenes dicen mucho sobre los nuevos desdoblamientos del jihad mundial. El presente artículo pretende explicar los orígenes de la organización terrorista paramilitar desde el MAK y el EIJ para explicar las bases ideológicas de las cuales parte el jihad que Al-Qaeda defiende e de sus interpretaciones del Corán, demostrando que la principal motivación de la organización es, principalmente, una lucha ideológica, y no de interés económico o de expansión territorial en busca de poder. Palabras clave: Al-Qaeda, jihad, Islam, Osama bin Laden, Afganistán, MAK, EIJ, Abdullah al-Zawahiri

INTRODUÇÃO

Ao pensar em organizações paramilitares, é muito difícil não fazer uma associação com, quiçá, a organização paramilitar terrorista mais temida e midiática da história recente: a Al-Qaeda (salvo, talvez, com as FARC na Colômbia, por estarem próximas à nossa realidade latino-americana). Ao mesmo tempo, é impossível não associar a Al-Qaeda à imagem do seu líder

mais emblemático e homem mais procurado do mundo durante uma década: Osama Bin Laden. As organizações paramilitares têm se mostrado como um ator extremamente relevante nas relações internacionais e seu poder tem sido capaz inclusive de definir a política externa de alguns Estados. O Estado não é mais o único ator que define o funcionamento do sistema internacional, como ele foi capaz de perceber de forma violenta em 2001, e, até o momento, nem ele nem as organizações internacionais têm se mostrado eficazes na luta para diminuir o crescimento militar, econômico e do número de militantes das organizações paramilitares ao redor do mundo. A história da Al-Qaeda evidencia que o combate ao terrorismo comandado pelos Estados Unidos conseguiu desestruturar e desestabilizar a organização. Contudo, o surgimento do ISIS, cuja base ideológica parte de princípios quase idênticos, é um exemplo de que o Estado e o multilateralismo não têm achado a solução eficaz para parar com o surgimento e crescimento de novas organizações paramilitares. O poder paralelo, representado por organizações com poder militar comparável ou até às vezes maior que o dos próprios governos (Boko Haram na Nigéria, Al-Qaeda no Afeganistão nos anos 80 e 90), foi e continua sendo um importante ator internacional capaz de mudar o rumo das relações internacionais e pôr em xeque a legitimidade de certos governos (ou bem, de se aliar e contar com a proteção de outros).

O MAK, O EIJ E AS BASES IDEOLÓGICAS DA JIHAD

Como em muitos outros movimentos e organizações paramilitares (Hezbollah, Hamas, ISIS), a força da expansão da Al-Qaeda tem a base ideológica da sua própria interpretação fundamentalista do Alcorão como principal motivo, cujo pilar mais importante é a jihad, além de outros 7 conceitos do Islã que a compõem. Toda aquela ideologia radicalizada do Islã provém de antes da criação da organização e tem evoluído através de ideólogos tanto de dentro quanto de

fora da Al-Qaeda (o egípcio Sayyid Qutb, teórico membro da Irmandade Muçulmana; o saudita Abdullah Azzam, professor e mentor de Bin Laden; al-Zawahiri, mão direita, ideólogo emblemático, suposto idealizador dos ataques do 11 de setembro e sucessor do líder após sua morte). A interpretação da jihad do Al-Qaeda inicia-se com a ocupação das tropas soviéticas no território do Afeganistão, em 1979. Fato histórico que, na verdade, é o motivo da criação da organização. Bin Laden, um fundamentalista do Islã, acreditava no dever de lutar contra os inimigos da fé de Allah (infiéis, politeístas e apoiadores) e na obrigação de todos os muçulmanos entrarem na luta armada contra estes, ideia que se radicaliza e não faz distinção entre civis e militares. Jihad, em si, significa “luta”, uma Guerra Santa cujo expoente máximo é a guerra contra os inimigos do Islã. O objetivo é a busca da excelência e do domínio muçulmano para criar a “Casa do Islão” ou Dar al-Islam (segundo conceito que compõe a ideologia da Al-Qaeda), ou seja, na sua expressão mais fundamentalista, a criação de um Estado Islâmico. Existem interpretações tradicionais do Alcorão onde a jihad não é alcançada através da luta armada nem de mortes para o estabelecimento de um califado, a jihad é também uma luta interna pela prosperidade, pelo desenvolvimento humano ou pela família, e também pode ser uma luta contra a injustiça, o mal, o ódio, etc. Com a invasão soviética em território afegão, apoiada pelo governo comunista do país, surge uma forte oposição do Mundo Árabe conhecida como “Movimento Nacional Afegão de Resistência”, entre os que se encontravam Bin Laden, Abdullah Azzam e al-Zawahiri, que acreditavam na luta armada pela defesa contra os infiéis. Cria-se, então, o Maktab al Khidmat lil Mujahidin al-Arab (MAK), uma espécie de Direção de Serviços Afegãos (Service Bureau), cujo objetivo principal era o recrutamento e treinamento de jihadistas do mundo árabe e do ocidente para a luta contra os soviéticos, e a captação de recursos para seu funcionamento. A importância da base de treinamento, chamada de al-Qaeda (que, etimologi-

camente, significa justamente “base”), foi a que acabou dando o nome pelo qual a organização seria conhecida no mundo inteiro. O MAK tinha uma rede de escritórios e doadores do mundo inteiro e chegou a desembolsar, no seu ponto mais alto de funcionamento, dois milhões de dólares durante a guerra contra os soviéticos. O maior financiador da organização foi Osama Bin Laden. Após o fim da guerra e a retirada das tropas, algumas divergências ideológicas e sobre o destino dos fundos arrecadados levaram a dividir a liderança do MAK, especificamente entre Abdullah Azzam, co-fundador da organização, e al-Zawahiri, porém, um ataque com um carro-bomba acabou com a vida de Azzam e seus dois filhos, com o que o MAK passou às mãos de Osama bin Laden, que tinha sido fortemente influenciado por al-Zawahiri. Pouco tempo depois, o MAK acabou sendo absorvido pela Al-Qaeda. A importância de Ayman al-Zawahiri para a Al-Qaeda é fundamental. A procura de um aliado de peso maior do cenário global, Bin Laden cria um forte laço com o líder da Jihad Islâmica Egípcia (EIJ) em 1998, cujo líder era al-Zawahiri e que tinha um forte vínculo histórico com a organização. A luta da EIJ no Egito e a base ideológica que o líder propunha foram os aspectos mais relevantes que a Al-Qaeda acabou adotando quando se aliaram. A partir desta aliança, a jihad da Al-Qaeda se expande definitivamente e sua base ideológica se concretiza, o que também leva a mudar seu discurso, denunciando que os Estados Unidos planejavam invadir o Iraque para depois enfraquecer seus vizinhos muçulmanos. O alvo dos ataques terroristas, a partir de então, é focado nos Estados Unidos, como pôde ser visto nos ataques às embaixadas americanas em Nairobi e Dar es Sallam em 1998 e 200, respectivamente, e nos ataques do 11 de setembro em Nova Iorque. O MAK e EIJ são muito importantes para entender o crescimento da Al-Qaeda e dos seus principais líderes, pois eles servem para demonstrar dois pontos importantes. O primeiro é que os objetivos da organização são principalmente ideológicos e não uma simples ambição por

dinheiro ou conquista territorial, e isto pode ser observado nos princípios estabelecidos pelos líderes da Al-Qaeda e que guiam o seu discurso, o que leva ao segundo ponto importante. A história da formação da organização une duas fortes organizações lideradas por um emir, um teólogo e um mentor da jihad global, ou seja, a formação da base ideológica da Al-Qaeda não surge de um momento para outro, ela é produto de um longo decorrer de fatos, influências e interpretações do Alcorão de importantes líderes da jihad e é por isso que cobra uma força tão grande e tão atraente para milhares de muçulmanos que desejam se unir à luta. Além dos princípios da jihad (“luta” ou “Guerra Santa”) e do Dar-al-Islam (Casa do Islão), existem outros cinco princípios que definem a ideologia defendida pelo Al-Qaeda: Bayat é o juramento de obediência feito perante o Emir ou líder do grupo e suas leis; a desobediência, quebra ou revogação é considerada um grave pecado. A Ummah é o “caminho legítimo e verdadeiro” que a comunidade coletiva de todos os muçulmanos deve seguir, quem não segue o caminho da Ummah é considerado não-crente. Todos os muçulmanos são obrigados a segui-la e, na visão radical do Al-Qaeda, os muçulmanos que viverem em Estados de governos de não-crentes não deve seguir as leis desse país. Takfir é o ato pelo qual um muçulmano é acusado de infiel, o que o converte automaticamente em inimigo e que é constantemente usado pelo Al-Qaeda. É um ato muito sério e tradicionalmente é proibido de ser usado pelos muçulmanos. A morte ou Shaheed é a migração para Deus e é usada pelo Al-Qaeda para defender os atos suicidas como um dos caminhos para chegar a Allah como mártires, porém, a interpretação tradicional condena o suicídio como um pecado. Um dos princípios mais radicais que o Al-Qaeda fomenta é o do Al-Wara Wal Bara, que se refere a ideia de “nós contra eles” e que faz uma diferenciação entre os fieis e os inimigos, aos que é destinada a morte por escolher o caminho errado. Finalmente, o Hiraj refere-se à migração

dos muçulmanos de casa para unir-se à jihad, o abandono do lugar de nascimento ou onde a pessoa habita e dos seus familiares, sem necessidade de autorização; este ato é feito por amor a Deus e visa atingir objetivos maiores (“celestiais”) para seguir a Ummah e prosperar no Dar-al-Islam. Todos estes princípios explicam de forma perfeita e clara todos os atos, políticas e ataques da Al-Qaeda. Desde o recrutamento de novos e jihadistas aos ataques suicidas, tudo está absolutamente planejado e idealizado no discurso (e suas pequenas alterações) adotado pelos ideólogos desde os anos 80. Os 7 princípios do Islã interpretados pelos intelectuais do Al-Qaeda evocam um lugar utópico, porém real –e até com nome: Dar al-Islam-, sonhado e alcançável através da jihad, um “paraíso”, como os próprios jihadistas costumam chamar ao recrutar soldados e mulheres e fazer o hiraj, onde o califado tem sido finalmente instalado e é seguido devotamente (Bayat), um lugar onde os kufar são inimigos (Al-Wara Wal Bara) e todos respeitam e seguem o caminho ou Ummah traçado por Allah.

CONCLUSÃO

A Al-Qaeda, mesmo atualmente num crise de liderança desde 2011 e enfraquecida pela intensa “guerra ao terrorismo”, além de sua rivalidade com o ISIS, tem uma relevância fundamental para as organizações paramilitares terroristas pela sua instauração de uma jihad ideologicamente tão forte que foi capaz de atrair soldados e militantes tanto do mundo árabe quanto do Ocidente, sendo financiada através de uma imensa rede de doadores, sheiks e até governos. A interpretação do Islã feita pelos seus ideólogos mais importantes tem um peso muito grande na posterior formação de novas organizações jihadistas, como o Estado Islâmico, e é possível observar e usar como evidência a estruturação do grupo terrorista, suas táticas de recrutamento e alvos de ataque para demonstrar que todos eles partem de um motivo suportado pela leitura radical do Islã, e não são esforços gratuitos em busca de conquistas econômicas, territoriais ou

de poder. O poder ideológico da luta jihadista tem sido capaz de movimentar milhares de pessoas e criar organizações com a força suficiente para alterar o sistema internacional por uma irrenunciável reivindicação de uma crença poderosíssima que, até hoje, pode ter achado obstáculos que a enfraqueça, mas nada que a detenha.

Boko Haram: Uma história da ascensão.

JULIANA CAULO



Atualmente é fácil encontrar notícias que envolvem ações de grupos paramilitares, muitos dos quais são velhos conhecidos da história. No que se refere ao Boko Haram, movimento relativamente jovem, encontramos uma certa neblina sobre as discussões acerca do assunto. No entanto, não é difícil imaginar o porquê um movimento que tem ascendido nas últimas décadas carece de uma vasta fonte de pesquisa e, por consequência, de maior acesso à informações. A “idade” do movimento, o interesse midiático em cima dele e de suas ações e a dificuldade de acesso à pesquisas de campo são os três principais pilares que limitam um maior debate sobre o assunto.

O Boko Haram é um movimento de base religiosa que surgiu em 2003, na Nigéria – mais especificamente em Borno – e sob o comando de Mallan Mohammed Yusuf ascendeu exponencialmente. Embasado por preceitos islâmicos, é comumente exposto como um grupo terrorista e fundamelistas. A fundação do movimento tinha como objetivo combater as influências do Ocidente na região e propagar a Jihad. Nota-se então, que a atuação de agentes ocidentais mais uma vez possibilitou a reação de um grupo extremista que luta para manter suas convicções intocadas.

Apesar desse claro objetivo, o jovem movimento passou por diversas mudanças em suas formas de combate em sua sociedade. É o que diz Kyari Mohammed ao defender a existência, até então, de três fases evolutivas do Boko Haram. A primeira fase é denominada

de Kanama e é temporalmente estabelecida de 2003 a 2005 e apesar dos embates sua notoriedade não fomenta muita agitação política internacional. A segunda fase é tida como crucial para o desenvolvimento da fase seguinte. Conhecida como “Dawah” foi responsável pela aderência cada vez maior de pessoas ao movimento. Nela ocorreram maiores recrutamento, doutrinação e radicalização de membros, permitindo a comparação com outro grupo radical, a Al-Qaeda. Essa fase tem seu fim com a forte repressão realizada em julho de 2009, que terminou com a morte de seu principal líder, Yusuf.

Mohammed Yusuf ascendeu dentro do movimento durante a segunda fase, onde foi o principal mentor. Seus ideais foram moldados durante seu exílio na Arábia Saudita, do qual voltou com ideias muito mais radicais. Foi morto em custódia das forças de segurança nigerianas, comumente acusadas de serem brutais e arbitárias. Porém, matar um líder tão carismático e de tamanha influência, geralmente tem o efeito contrário do que o esperado pelas forças punitivas. Os seguidores de Yusuf ficaram fortemente abalados, mas não foram silenciados.

Em 2010 um Boko Haram mais organizado e combativo tomou lugar em busca de vingar o assassinato de seu mais importante mentor. As ações voltaram-se não só contra seus oponentes habituais, mas também contra alvos como os escritórios da ONU, nos anos que se seguiram. O movimento que até então se encontrava mais

contido, disparou em busca de embates físicos mais eficazes e que chamassem atenção para a sua luta. A ideia não era mais acabar com a ocidentalização na Nigéria, mas mostrar que ela poderia ser combatida em qualquer lugar. Essa luta pode ser observada como uma consequência do processo pós-colonial. A Nigéria foi uma das regiões colonias britânicas durante o fim do século XIX e começo do século XX. O contato com estruturas ocidentais influenciaram fortemente na sociedade e cultura da região. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, viu-se surgir um forte sentimento nacionalista culminando na sua independência em 1960. Entretanto, o contato com a com estruturas ocidentais e, principalmente com o cristianismo, gerou um choque dentro da própria sociedade nigeriana, fazendo surgir movimentos, como o Boko Haram, que buscavam uma forma de recolocar a identidade cultural islâmica e se livrar de vez das influências ocidentais. Porém é necessário fazer a ressalva de que, apesar de se colocar como defensor da fé islâmica e de propor um Estado fundamentado nessa fé, o Islã não é de todo extremista ou radical. É preciso olhar criticamente para grupos como o que aqui está sendo colocado e fazer uma análise livre das alienações normalmente imbutidas como forma de oposição. Há sempre muito mais a ser visto e estudado sobre as origens desses grupos e das sociedades em que se inserem.

Torna-se importante salientar que a ascensão e as ações cada vez mais largas e mais violentas do Boko Haram fazem parte de um esforço para chamar atenção dos Estados Ocidentais e mostrar que a ocidentalização está sendo e continuará a ser combatida. Por outro lado, também fica evidente a inabilidade do Estado, e agora dentro das proporções tomadas, da Comunidade Internacional em contornar situações de crise como essa. O recente episódio das meninas que foram sequestradas em uma escola no povoado de Chibok por membros do movimento mostrou exatamente isso e abriu espaço para questionamentos sobre até que ponto é possível se interferir em situações como essa e quais seriam as melhores formas para isso.

O Boko Haram é um movimento que não pode ser ignorado. Já matou muitas pessoas e recentemente o grupo firmou lealdade ao grupo

jihadista Estado Islâmico, motrando que deixou de possuir um enfoque regional e possivelmente visando uma atuação mais enfática e que demande mais atenção dos grandes países. É preciso debater uma resposta mais eficaz a essas ações e entender de onde se originam grupos como esses, para evitar que outros surjam seguindo seu exemplo.

Colômbia: guerra em duas frentes o paramilitarismo e as FARC

LUANA A. AYALA



O paramilitarismo na Colômbia divide opiniões: para alguns é uma política de terror do Estado, já para outros é uma resposta aos abusos da guerrilha por parte de cidadãos vivendo em uma ausência de Estado atuante como protetor. Em qualquer uma das opções, o Estado é o principal responsável pela sua existência.

Foi na década de 1960, com o surgimento de diversas organizações guerrilheiras como a Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), o Ejército de Libertación Nacional (ELN) e o Movimiento 19 de Abril (M-19), que o conflito armado no país se intensificou. A consequência disto foi o estabelecimento do Estado de Sítio no país e da Lei 48 de 1968, que permitiu a formação de grupos de autodefesa sob o controle das Forças Armadas. O próprio Estado permitiu que estes grupos utilizassem armas e os apoiou logisticamente com o objetivo de combater às guerrilhas. Isto se deu em um contexto de Guerra Fria e Doutrina de Segurança Nacional.

Entretanto, foi apenas na década de 1980 que esses grupos de autodefesa se transformaram de fato em paramilitares, pois não seguiam mais a lei e estavam associados a atividades criminais e ao narcotráfico. Os paramilitares tinham um caráter de dualidade em relação ao Estado: eram parceiros na luta contra grupos insurgentes e inimigos com relação ao narcotráfico. Nesse contexto, é nos anos 1990 que os paramilitares se consolidaram na

Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), com o objetivo de atuar contra as guerrilhas.

Já as FARC constituíram-se oficialmente em 1964 como uma organização de cunho marxista-leninista. Devido à ausência de instituições legais, a guerrilha oferecia uma certa ordem social para a população, em sua maioria camponesa, sendo este um dos motivos para que conseguissem tantos adeptos. Seus métodos de financiamento são os sequestros, os impostos e as taxas sobre atividades econômicas, e a economia da droga (principalmente a produção de coca).

As relações do governo com as FARC caracterizam-se por períodos alternados de paz e violência. O seu posicionamento em relação a elas também se modificava à medida que alternava a presidência. A primeira tentativa de negociação malsucedida foi na década de 1980, no governo de Belisario Betancur, em que o acordo de cessar fogo firmado em 1984 com as FARC e outros grupos causou uma percepção negativa por parte das elites e das Forças Armadas. O partido Unión Patriótica (UP) formado por vários integrantes das FARC e fundado em 1985 a partir do diálogo com o presidente Betancur foi exterminado pelo paramilitarismo nos anos seguintes. Estes também assassinaram vários candidatos à presidência e em 1988 cometeram massacres que tiveram impacto na opinião pública. Já a segunda tentativa de conciliação com as FARC se deu em 1998, com o presidente Andrés

Pastrana que concedeu à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país, mas foi fracassado.

Durante o governo de Álvaro Uribe, nota-se uma postura diferenciada de atuação em relação às FARC e às AUC, apesar de serem igualmente grupos armados ilegais. A primeira foi tratada como um alvo de guerra, já com a segunda iniciaram as negociações políticas. Assim, culmina-se na desmobilização oficial das AUC em 2006.

Em setembro de 2012 iniciaram-se novas negociações entre o governo e as FARC, através do acordo firmado em agosto de 2012 que estipulava os temas a serem discutidos, as regras e os procedimentos. Os principais pontos eram: desenvolvimento rural, garantias de direitos civis e políticos para membros desmobilizados da guerrilha, fim do conflito armado, tráfico de drogas, segurança aos direitos das vítimas e a realização de julgamentos dos envolvidos em assassinatos, sequestros e torturas.

Ainda com o desmantelamento oficial das milícias paramilitares em 2006, as FARC continuam denunciando sua impunidade na região e pedindo o desmantelamento destas organizações. Durante a rodada de negociações com o governo no final de maio de 2015 as FARC fizeram um discurso em que afirmaram que desde o início da presidência de Juan Manuel Santos, já foram registradas 1.762 agressões contra defensores de direitos humanos, entre eles 283 homicídios e 171 atentados. O representante das FARC afirma que são “agresiones sistemáticas, con patrones de ataque y que existen trabas en las investigaciones de estos casos”. Para eles, a responsabilidade por estes crimes é, na maior parte, das organizações paramilitares e, ainda, denunciaram a existência de mais de 80 grupos atuantes, entre eles: as Águilas Negras, os Rastrojos, o clan Úsuga e o Erpac.

Entretanto, as autoridades, com uma atitude claramente de negação, mantém a afirmação de que esses grupos deixaram de existir. O discurso das FARC diz ainda: “El paramilitarismo sigue existiendo en Colombia, se extiende nuevamente por todo el país y actúa impunemente”. Para elas, a resposta a esta situação, que já foi citada na Mesa de Diálogos de Paz pela própria organização, deveria ser de nomear uma Comissão que se encarregue especificamente em esclarecer e desmantelar o paramilitarismo. Assim, insiste-se em nomear esta Comissão rapida-

mente e aprovar “nuevas leyes y políticas públicas para erradicar estas estructuras, así como para prevenir definitivamente su reaparición”.

Por fim, é categórico afirmar que o Estado colombiano atuou de forma bastante cambiante em relação ao fenômeno paramilitar. Primeiramente foi legalizado, mas pouco regulamentado, em seguida foi definido como ilegal, entretanto, foi ignorado pelas autoridades ou visto como anexo do narcotráfico e, por fim, perseguido pelas autoridades, mas apoiado pelo poder local. Isto demonstra que os próprios governos são contraditórios em suas opiniões sobre estas organizações.

Ainda assim, o processo de paz com as FARC continua, e a Colômbia encontra-se submersa em uma série de conflitos. As guerrilhas e os grupos paramilitares surgem a partir de uma falta de identificação dos cidadãos com o Estado, o governo oficial não consegue restabelecer o monopólio do uso da força, já que não está respaldado pela sociedade.

Bibliografia:

BRITO, María Luján; CORDIVIOLA, Marcelo. Colômbia: o divórcio entre o Estado e a nação. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v.46, n.1, p.222-226, Junho 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.

PENAJARAMILLO, Daniel García. La Relación del Estado Colombiano con el Fenómeno Paramilitar: por el Esclarecimiento Histórico. *anal.polit.*, Bogotá, v.18, n. 53, jan. 2005. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.

RIVERA, Edgar de Jesús Velásquez. Historia del paramilitarismo en Colombia. *História, Franca*, v. 26, n. 1, p. 134-153, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v.53, n.1, p. 67-88, Julho 2010. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.
<<http://www.cidh.org/countryrep/Colombia04sp/informe3.htm>> Acessos em 03 jun. 2015.

O Estado Islâmico e sua lógica de poder

SAMYRES AMARAL FREITAS



Como grande organização paramilitar, o Islamic State of Iraq and al Sham, conhecido mundialmente como ISIS ou Estado Islâmico, emergiu por conta de tensões sociais, políticas e econômicas no Oriente Médio. É notável pela violência que usa para demonstrar poder e ainda é um tema de muita controvérsia entre os analistas e de polêmica na comunidade internacional.

Por isso, o presente artigo não tem a intenção de trazer respostas para os conflitos causados pela organização, mas apenas, resumidamente, entender e explicar os principais aspectos sobre o grupo, suas ideologias e fazer uma pequena cronologia de evolução. Para isso, usará como fonte principal o relatório “*The Islamic State*”, de *Richard Barrett*.

Cronologia

Como toda organização, o Estado Islâmico clama por um fundador. Este seria quem disseminou suas ideologias e crenças pela primeira vez. Abu Mohammed Al Maqdisi é um dos mais famosos e contemporâneos pregadores do salafismo e do takfirismo. Estas são as duas principais bases ideológicas e políticas do Estado Islâmico e, na década de 1990, no Afeganistão, este homem se encontrou com o terrorista **Abu Musab Al Zarqawi**, que se inspirou em seus ensinamentos e o Estado Islâmico reivindica como seu fundador. Sua primeira

organização chamou-se **Al Tawhid wa al Jihad**.

Foi apenas em 2004 que a união com Al Qaeda se concretizou, embora já tivessem contatos anteriores. Seu grupo foi renomeado para **AQI** (em inglês, Al Qaeda in Iraq). Sua intenção era a partir da popularidade da Al Qaeda, atrair recrutas e financiamento. Zarqawi morreu em um bombardeiro em 2006 e Abu Hamza Muhajir, um egípcio que tinha relações próximas com ele assumiu o poder da organização. Ele, junto com outras pessoas formou o ISI (Islamic State of Iraq) dessa vez, sob a liderança de Abu Omar al Baghdadi. Abu Hamza e Abu Omar foram os dois assassinados em 2010. No lugar, assume **Abu Bakr**. A organização continua fazendo alianças, se complexificando e participando de ações terroristas.

O rompimento com Al Qaeda

O ISI estava em duas frentes de atuação, uma no Iraque, sob o comando de Abu Bakr, e na Síria com Abu Mohammed al Golani. O conflito na Síria se tornou viral, atraindo combatentes de toda a região. Tomou proporções muito maiores que no Iraque. Por conta de disso, Golani não queria responder à liderança e Abu Bakr, e, um homem da Al Qaeda, Zawahiri, que estava orientado os dois grupos, ordenou que cada um mantivesse sua linha de atuação separadamente. Abu Bakr não quis obedecer às ordens e em 2014, houve a divisão. A organização passou a chamar-

se **The Islamic State of Iraq and al Sham (ISIS)**.

O ISIS conseguiu se estabelecer na Síria com a ajuda de Amr al Absi, um sírio, cujo irmão foi assassinado por rebeldes enquanto liderava um grupo a favor do Estado Islâmico no norte da Síria. Rapidamente conseguiu se tornar força dominante, atraindo recrutas e recebendo doações de fora da região. Isso principalmente por ser um grupo salafista e takfiri e um opositor ao regime de Bashar al Assad.

Correntes políticas e ideológicas

A força ideológica do Estado Islâmico vem de suas vertentes diferentes, com um tema em comum. A primeira e dominante vertente é o **salafismo**. Em meados do século XVIII, quando nasceu, propunha ser reformista. Hoje em dia, sua interpretação do Islã rejeita inovações desde os tempos antigos. Qualquer divergência dos puros preceitos é considerada uma blasfêmia. A segunda vertente é o **takfirismo**, que é a mais radical das correntes políticas do Islã, eles são defensores da pureza do Islã de uma forma que todos que não seguem a religião em uma certa linha, são considerados hereges.

Outra grande influência do ISIS, mais evidente em objetivos políticos, é o **Baazismo**. Ele chegou à organização por antigos apoiadores de Saddam Hussein. É um movimento secular, porém, uma variante dele se tornou elitista e com características racistas. É exatamente essa parte que o Estado Islâmico incorporou para si. Essa influência pode ser explicada, pois muitos membros do AQI e esses baazistas estiveram juntos nas prisões do Camp Bucca (centro de detenções norte americano no Iraque).

Principais aspectos

Em 2014, o califado estava no controle do norte de Aleppo e Raqqa na Síria; Mosul e sul de Bagdá, no Iraque. Mais ou menos seis milhões de pessoas vivem nessas regiões. A rápida expansão do ISIS depois de 2011 o impulsionou, seus núcleos antigamente desorganizadas se tornaram divisões militares e suas táticas simples, campanhas para anexar territórios. Isso foi possível pois muitos de seus com-

batentes foram baazistas com posições militares de prestígio no governo de Saddam Hussein. O controle de território de tal organização depende de várias alianças com atores locais, mas esta também tenta firmar-se desenvolvendo capacidade administrativa. Isso quer dizer que além de trazer soldados para a linha de frente, busca o suporte de civis com posições de prestígio na sociedade. Além disso, o ISIS clama legitimidade religiosa para suas ações, baseado em uma extrema interpretação do Islã. Porém, a motivação individual de muito de seus membros tem a ver com dinâmicas que proporcionam identidade, propósito e pertencimento. Seus soldados são voluntários – vários estrangeiros ocidentais – e pessoas forçadas por comandantes locais. Seu pessoal administrativo segue os mesmos padrões. Em termos econômicos, o Estado Islâmico consegue sua renda por venda de petróleo, taxas cobradas, venda de equipamentos roupadados, tráfico, extorsão e sequestros. Hoje em dia, recebem doações de apoiadores locais e internacionais. Por fim, um dos principais meios que busca para conseguir apoio é pela internet. Ficam muito atentos à sua imagem e buscam balancear entre imagens de horror para desmoralizar seus inimigos e outras de encorajamento aos seus aliados.

Bibliografia

- BARRETT, Richard. (Senior vice president of the Soufan Group). “The Islamic State”. Nova Iorque. Novembro 2014
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. “Islã: Religião e Civilização – Uma abordagem Antropológica”. São Paulo. Editora Santuário. 2010
- MIRHAN, Lejeune. “Takfirismo, Salafismo, Wahabismo. Mas o que é isso?”. Vermelho Portal. (http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5822&id_coluna=25)



ARTIGOS CIENTÍFICOS

A perpetuação da MINUSTAH no Haiti: uma questão de soberania

por Manuela Franchini Melani¹

Resumo

O objeto deste artigo é analisar a perda de soberania doméstica no caso do Haiti com a perpetuação da MINUSTAH (peacekeeping) após o terremoto de 2010, ao mesmo tempo em que a soberania internacional-legal é mantida. Toma-se como hipótese a perda da soberania interna, em paralelo com a coexistência da soberania internacional-legal. Baseado no conceito de soberania de Bodin e na possibilidade de intervenção ilustrada por Vatell, e demonstrando como se deu a perda de soberania doméstica no Haiti com o terremoto de 2010 e a perpetuação da MINUSTAH, analisar, neste contexto e pelo ponto de vista de Krasner, a permanência e existência da soberania internacional-legal. Palavras-chave: Haiti, soberania, Minustah.

Abstract

The object of this paper is to analyze the loss of domestic sovereignty in Haiti with the perpetuation of MINUSTAH (peacekeeping) while international-legal sovereignty is maintained, especially after the earthquake of 2010. Take as hypothesis loss of internal sovereignty, in parallel with the coexistence of international-legal sovereignty. Based on Bodin sovereignty concept and also based on the possibility of intervention illustrated by Vatell, and demonstrating how was the loss of domestic sovereignty in Haiti with the 2010 earthquake and the perpetuation of MINUSTAH, analyze, in this context and on the point of view of Krasner, the permanence and existence of international-legal sovereignty. Key-words: Haiti, sovereignty, Minustah.

Introdução

¹ A soberania é um conceito que molda o Es-
 Estudante de Relações Internacionais da
 Universidade Federal Fluminense e integrante
 do Laboratório de Integração Sul- Americana
 (LISA/UFF)

tado Moderno e as Relações Internacionais. Este está relacionado com a ausência de submissão do Estado a autoridades externas, e com a capacidade de administração e controle efetivo interno. Entretanto, se o Estado não consegue fazer com que a soberania chegue às pessoas, isto é, se não é capaz de governar de maneira eficiente e manter a estabilidade, é visto pela sociedade internacional como uma instituição insegura. Visando esta lacuna de insegurança que as intervenções internacionais e missões de paz vão procurar atuar. Elas servem a uma responsabilidade social de proteção da população nacional, direitos humanos e estabilidade dos Estados, contra um cenário de crise e violência. Tendo isto em vista, e com estes propósitos foi estabelecida uma missão de paz chefiada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti em 2004 e perpetuada em 2010 após o terremoto, alegando a falta de controle interno, ou seja, a perda de soberania doméstica e a necessidade de reconstrução do país.

A partir disso, primeiramente elucidarei o panorama histórico do Haiti e a situação na qual se encontra atualmente com a permanência da MINUSTAH após o terremoto de 2010. O Haiti é um país considerado falido atualmente, por esse motivo é fundamental compreender os processos políticos e fatos que marcaram o país. Depois, explicarei o conceito de soberania de Bodin e a possibilidade de intervenção dita por Vatell, essencial para se entender o escopo deste artigo. Também ilustrarei os diferentes tipos de soberania propostos por Krasner como soberania internacional-legal e a doméstica e a possibilidade de existência de soberania externa, sem a soberania doméstica. Finalmente e concluindo, demonstrarei de que forma as teses dos autores anteriores se aplicam no contexto haitiano.

Contexto histórico do Haiti

O Haiti é um país com uma história singular, marcada por conflitos, revoltas e pela famosa guerra de independência que expulsou os colonos europeus em 1804 do país. Assim sendo, o país nunca foi completamente estável e seguro, passou por várias ditaduras como a de Duvalier e a militar que reprimiram fortemente a população. Desta forma, o país nunca conseguiu fomentar

sua economia e conseqüentemente, atender às demandas de seus cidadãos. Por esse motivo, muitas nações sempre ofereceram apoio relacionado a preservação dos direitos humanos, bem como realizaram intervenções no país, sendo a UNMIH (Missão das Nações Unidas para o Haiti) vista como um fracasso em realizar seus objetivos e considerada pelo governo haitiano uma ‘ocupação externa’, logo, violação de soberania. Essa missão tinha como escopo restabelecer a estabilidade política e auxiliar as autoridades a organizar uma nova eleição presidencial. Após esse período, foi colocado no poder o presidente Aristide, em um Estado democrático, contudo isso não solucionou o quadro de subdesenvolvimento e violência política no país. O Haiti não foi capaz de se desenvolver aos moldes capitalistas e muitas vezes dependeu de doações internacionais para garantir o bem-estar interno, criando um abismo entre o Estado e a população civil.

Embora tenha se estabelecido um governo democrático, no ano de 2000 o país passou por uma instabilidade política, as eleições foram suspeitas de fraude, o que culminou com o exílio do presidente Aristide em 2004. Neste momento, surgiu uma iniciativa entre a ONU e os países da região que ficou conhecida como MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti). Esta teve como princípio manter a ordem, a segurança, e a estabilidade do ambiente, bem como fortalecer as instituições, governo e leis para proteger o processo político no país e os direitos humanos. A justificativa para a intervenção estava vinculada a realidade interna de escalada de força, colapso democrático e violações humanitárias, por esse motivo foi um mandato de intervenção sob o Capítulo VII da Carta da ONU, com possibilidade de uso da força.

O cenário após a o início da missão que se mostrava mais positivo nos âmbitos das políticas sociais e desenvolvimento econômico, sofre uma reviravolta com o terremoto de 2010. Este contexto excepcional de maior catástrofe natural registrada no país afeta drasticamente a conjuntura doméstica do país, que é novamente inserido num cenário de devastação. O acontecimento resulta em mais de três milhões de afetados, comprometendo a economia e a infraestrutura nas quais estavam vulneráveis e não eram adequadas. Desta forma, tendo este estado de ex-

ceção em vista, o Conselho de Segurança votou pela perpetuação da MINUSTAH, ainda sob o Capítulo VII, com a recomendação de oferecer apoio à recuperação, reconstrução e estabilização do Haiti. Acompanhando as eleições no país, a missão de paz da ONU trabalhou para efetivar seu mandato original de restaurar a segurança e a estabilidade do ambiente, bem como promover o processo político, a força do governo, das instituições e leis para a manutenção da ordem haitiana e proteger os direitos humanos. Muitos esforços foram feitos para reverter as circunstâncias, porém a precariedade das condições que marcaram as eleições para presidente dificultou as mudanças domésticas, dependendo de uma Comissão Interina liderada pelos Estados Unidos e Nações Unidas para a sua estabilização.

Destarte, o maior obstáculo para a recuperação do Haiti é a profunda ausência de soberania sobre os assuntos internos de fundamental vitalidade. O fato é que interesses e atuações externas prevalecem sob a ação do Estado, bem como, aqueles controlam a forma como vai se dar o desenvolvimento e a reconstrução do país, acima da vontade nacional. Devido aos diversos conflitos civis, golpes de Estado, mudança de governo, ingerência administrativa do Estado, tudo isso, gerou um descompasso entre o Estado e a vontade da população. Assim sendo, por conta dessa ausência de soberania doméstica, isto é, o controle interno e a existência de uma força aquém do Estado, o Haiti se aproxima de um status colonial moderno (“Estado Falido”) no qual é reconhecido internacionalmente por outros Estados, porém não é capaz de gerenciar o bem comum de sua Nação, sendo este feito pela missão de paz da ONU.

O conceito de Soberania no caso do Haiti

O conceito de soberania foi primeiramente abordado por Jean Bodin no século XVI. Segundo ele, soberania é o “poder perpétuo e absoluto de uma comunidade política” (BODIN, 1992). O poder soberano é perpétuo pois não está ligado a figura do Rei, ele emana de Deus, logo está fora de um eixo temporal mundano. Em outro senti-

do, o poder soberano é absoluto porque não conhece limites, nem possui uma autoridade acima dele, exceto o divino.

Desta forma, a soberania para Bodin é o poder que não é subjugado por nenhuma outra força, seja interna ou externa. Neste sentido, o Estado vê na lei a forma máxima de racionalização da dominação, sendo a marca do poder soberano e instituída pelo mesmo. A partir disso, o Estado é soberano quando centralizado, concentrando todas as decisões, e na capacidade de decidir manter a guerra ou a paz, tendo o direito de declarar guerra quando se sentir prejudicado. Assim sendo, na medida em que um Estado sofre ingerência externa, a exemplo o caso do Haiti com a MINUSTAH, seu poder perpétuo e absoluto foi violado. Neste caso, o Estado não concentra mais a competência de fazer leis, muito menos a jurisdição de usar a força, uma vez que existe uma missão de paz de envergadura militar dentro do território.

Isto posto, de acordo com Vatell, a soberania antes de conceito é uma prática política, na medida em que o soberano é uma autoridade pública responsável por dirigir e comandar a comunidade para um objetivo comum. Esta comunidade se uniu tendo em vista obter vantagens e segurança, sem dependência de uma Nação estrangeira para isso, então se estabeleceu para o bem comum de todos os membros. Desta forma, o soberano possui o poder perpétuo e absoluto para agir em prol do bem-estar de seu povo, não podendo ser seu inimigo. Contudo, se o governante entra em conflito com seus cidadãos, estes possuem legitimidade de resistir à tirania, tal como as potências estrangeiras tem o direito de socorrer e intervir naquela Nação oprimida. Por conseguinte, o conceito de soberania de Vatell é limitado pela efetivação do bem público, sendo aplicado no caso do Haiti.

A partir disso, se existe um cenário de guerra civil, escalada de violência e o governante não é capaz de assistir ao seu povo, como foi no Haiti em 2004 e 2010, a intervenção é passível e ocorrência, haja vista que seria um ato de generosidade e liberdade dos Estados estrangeiros. Como dito, a perpetuação da MINUSTAH em 2010 se deu por um contexto de “caos” interno haitiano, no qual o Estado não foi capaz de prov-

er condições básicas para a sobrevivência de sua população, daí o fato da missão ter continuado e muitas doações estrangeiras terem sido feitas. Haja vista, o Haiti não goza de soberania interna uma vez que o Estado não consegue manter a ordem dentro de seu território, tendo por isso que depender de ajuda externa para manter sua instituição. A agência da ONU realiza funções que normalmente são feitas pelo Estado soberano.

Entretanto, o Haiti é reconhecido pela comunidade internacional como um Estado, logo possui soberania internacional-legal. Krasner vai abordar esse paralelo da existência de soberania internacional-legal e da ausência de soberania doméstica nos chamados “Estados Falidos” e classificando como “Mundo pré-Moderno”. A soberania internacional-legal seria o reconhecimento por outros Estados, a realização de tratados e a participação em Organizações Internacionais, enquanto que a soberania doméstica seria o controle efetivo sobre o território. Os Estados Falidos, de acordo com Krasner, prejudicariam o bem-estar de seus cidadãos, violariam os direitos humanos, além de ameaçarem a segurança física da população, portanto, seriam incapazes de manter o controle dentro de suas fronteiras, ao mesmo tempo em que são vistos como Estados do Sistema Internacional. Tendo isto como base, o Haiti seria o exemplo de um caso falido, pelo fato de sua soberania doméstica ter sido desconstruída e o terremoto de 2010 ter agravado ainda mais as instituições internas e prejudicado a infraestrutura. A renovação do mandato da MINUSTAH pelo Conselho de Segurança da ONU ilustra esta situação, concretizando a necessidade de intervenção para a reconstrução e continuação do processo político do Haiti. Em contrapartida, o país é reconhecido internacionalmente e faz parte de Organizações Internacionais, logo usufrui da soberania internacional-legal, como afirmado por Krasner.

Considerações Finais

O terremoto de 2010 no Haiti foi um caso de exceção que serviu para prejudicar ainda mais o quadro interno de degeneração do regime haitiano. A missão de paz da ONU que estava presente desde 2004 se viu no dever de continuar no território pra promover suporte logístico, ex-

pertise técnica e ajudar na reconstrução das instituições e suas leis. A presença da MINUSTAH serviu como uma força externa ao Estado, ou seja, o Haiti já não possui poder perpétuo e absoluto, soberania. O afastamento do governo ante as demandas da população contribuiu para a acentuação da perda de soberania doméstica, pois na medida em que o Estado não tinha meios de manter a ordem interna, a intervenção ocupou essa lacuna. De outra forma, o reconhecimento da soberania internacional-legal é contrastante com a ausência de soberania doméstica.

Bibliografia

BODIN, Jean. On Sovereignty: Six Books Of The Commonwealth. Oxford, The Alden Press Bound. 2009

CASTRO, Flávia Rodrigues de. Soberania e segurança humana: um estudo a partir do Haiti e de Nova Orleans. Niterói: UFF, 2013.

CUNNINGHAM, Oliver. The Humanitarian Aid Regime in the Republic of NGOs: THE FALLACY OF 'BUILDING BACK BETTER'. In: The Josef Korbel Journal of Advanced International Studies, Volume 04, 2012. Disponível em: <https://www.du.edu/korbel/jais/journal/volume4/volume4_cunningham.pdf> Acesso em: 01 e Dezembro de 2014

HOLLAND, L. Two Years After the Earthquake, Haiti Struggles to Recover. 2012. Disponível em: <<http://readersupport-ednews.org/pm-section/104-104/9386>> Acesso em: 01 de Dezembro de 2014.

KRASNER, Stephen D.. Sovereignty. Organized Hipocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRASNER, Stephen D.. Sharing Sovereignty New Institutions for Collapsed and Falling States. In: International Security, Volume 29, Number 2, pp. 85-210, 204.

VATELL, Emmerich. O Direito das Gentes. Brasília: UnB, 2004. United Nations Stabilization Mission in Hai-

ti. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/>> Acesso em: 01 de Dezembro de 2014.

A Alemanha frente à crise da Zona do Euro: uma análise com base nas concepções de poder de Foucault

por Kelly Patrícia Ernst¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação da Alemanha na União Europeia, especialmente em meio à crise da Zona do Euro, a partir das relações de poder estabelecidas e exercidas neste cenário. Sua sustentação dá-se em torno das concepções de poder de Michel Foucault (1995), as quais fundamentam-se no sistema de diferenciações, tipos de objetivos, modalidades instrumentais, formas de institucionalização e graus de racionalização das relações de poder, a fim de compreender as relações de poder entre os Estados e o exercício do poder alemão frente à crise da Zona do Euro.

Introdução

A crise financeira mundial desencadeada em 2008 resultou em economias nacionais fragilizadas, especialmente na Europa, onde se fez necessário o auxílio dos países mais poderosos aos que se encontravam em situação de falência. A Alemanha, por se tratar da potência regional, foi forçada a agir não só em prol dos países em situação de falência, mas também pensando no futuro do bloco europeu e em si própria. A postura alemã, devido às circunstâncias, tornou-se mais assertiva e determinante para a manutenção do status quo alemão, posição alcançada por meio de sua forte tradição industrial, maneira pela qual seu poder econômico traduziu-se em influência política, especialmente em meio à crise da Zona do Euro.

A crise da Zona do Euro, por sua vez, trouxe custos políticos elevados, especialmente na Alemanha. Por um lado, não salvar os países em crise poria em risco meio século de investi-

mento na construção da União Europeia, além de gerar um provável colapso do sistema bancário europeu. O rompimento da Zona do Euro, dessa forma, teria efeitos calamitosos e onerosos. Além disso, cada passo em falso da moeda comum aumenta o temor do colapso das dívidas soberanas, de maneira que se espera uma liderança mais firme da Alemanha, potência regional, na busca por um plano assertivo que combata de fato a crise.

Dessa forma, a Alemanha, representada pela chanceler Ângela Merkel, tornou-se o ator mais importante na Europa, exercendo seu poder sobre as demais nações no continente a fim de reverter a crise da Zona do Euro. Para compreender a atuação alemã, Michel Foucault conceitua o poder não apenas como algo negativo, mas como algo produtivo - as relações de poder acontecem entre parceiros, e exerce-se o poder como um modo de ação de uns sobre os outros.

As Concepções de Poder em Foucault

O pensamento de Michel Foucault traz contribuições no que tange entender as relações de poder. Foucault rejeita a ideia de um saber que abranja todas as relações sociais, dedicando-se à investigação da genealogia do saber / poder. Isto é, Foucault dedica-se à “identificação das práticas que deram origem a representações dominantes da sociedade, bem como às formas de produção de um sujeito obediente, disciplinado e racional como o protótipo do indivíduo livre” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 195). De acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 194), Foucault entende que “o poder precisa do conhecimento para operar, e o conhecimento é produzido no âmbito de redes de poder”.

Dessa forma, Foucault (1995) afirma que é preciso entender as dimensões de uma definição de poder, bastante amplas e ambíguas. De forma geral, costuma-se definir o poder como uma noção negativa, cujos efeitos são caracterizados pela dominação e repressão. No entanto, o poder deve ser considerado como uma rede produtiva, que faz com que o poder se mantenha e seja aceito, pois “[...] ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 45). Além disso, “o poder produz uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positiv-

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em 2014.

idade” (FOUCAULT, 2014, p. 20). Por isso, o autor ainda afirma que:

É falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga. A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria na forma de violência, coerção, opressão [...], opõe uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão (FOUCAULT, 2014, p. 19).

Nesse sentido, Foucault (2014, p. 238-239) ainda afirma que:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber.

Para Foucault (2014), o poder não é unitário e global, mas diferente, heterogêneo e em constante transformação, é algo que se exerce, efetua e funciona, é uma prática social constituída historicamente. Por isso, para entender as relações de poder, tem-se como fundamento os modos de pensar o poder com base naquilo que o legitima, ou então, pensar o poder de acordo com o que é o Estado (FOUCAULT, 1995).

O Estado, conforme Foucault (1995), a partir do século XVI, desenvolveu-se como uma nova forma política de poder que, ao contrário do que a maioria afirma, é tanto individualizante quanto totalizadora, o que torna o Estado ainda mais forte. Segundo Foucault (2014, p. 13), há “formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis, inclusive à sua sustentação e atuação eficaz”. O autor ainda afirma que o aparelho do Estado é um órgão específico de um sistema de poderes; e embora o Estado não seja o órgão único e central de poder, seu papel nas relações de poder existentes nas sociedades não é minimizado.

De acordo com Foucault (1995), o termo poder define relações entre parceiros – indivíduos ou grupos, cujas ações se induzem e se respondem umas as outras. Por isso mesmo, o poder deve ser abordado através de uma análise das suas relações de poder, pois exercer o poder não é apenas uma

relação entre parceiros individuais ou coletivos, e sim, um modo de ação de uns sobre outros.

Para Foucault (2014, p. 17), “[...] o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. [...] o poder não existe; existem práticas ou relações de poder”. Esse caráter relacional do poder, por sua vez, implica que “as próprias lutas contra seu exercício não possam ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 18). O poder se propaga por toda a sociedade e alcança todos os cidadãos, exercendo-se como uma variedade de relações de forças. Do mesmo modo, onde há poder, há resistência, e não existe propriamente um lugar da resistência, pois esta se distribui por toda a estrutura social.

Igualmente, o poder, conforme Foucault (2014, p. 18), “é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde”. Por isso, para Foucault (2014, p. 138):

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.

Nesse sentido, “o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política” (FOUCAULT, 2014, p. 273). O poder produz individualidade e o indivíduo é um produto do poder e do saber e, conforme Foucault (2014, p. 25), o poder não destrói o indivíduo, mas o fabrica, pois “o indivíduo não é o outro do poder, [...] é um de seus mais importantes efeitos”. O poder, mais ainda, não impede o saber, o produz. O saber, por sua vez, não é neutro e, sim, político, pois tem sua gênese em relações de poder. Toda relação de poder, portanto, constitui um campo do saber, da mesma forma que todo saber constitui novas relações de poder. “O saber funciona na sociedade dotado de poder. É como saber que tem poder” (FOUCAULT, 2014, p. 28). Nesse sentido:

O poder deve ser analisado como algo que cir-

cula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2014, p. 284-285).

O poder não é da ordem do consentimento, mas a relação de poder pode ser efeito de um consentimento. A relação de poder define-se como um modo de ação que age sobre sua própria ação. Ela não se constitui, em sua natureza, o uso da violência ou aquisição do consentimento. A relação de poder é, de fato, um conjunto de ações sobre ações possíveis, sobre o comportamento dos sujeitos ativos, além do quanto agem ou são suscetíveis a agir (FOUCAULT, 1995).

Além disso, o poder é, também, uma forma de conduzir condutas. O governo, nesse sentido, teria como função dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos. Portanto, governar seria, de acordo com Foucault (1995, p. 244), “estruturar o eventual campo de ação dos outros”. Nesse contexto, a liberdade constitui-se condição para existência do poder, pois o mesmo só se exerce sobre sujeitos livres, enquanto livres.

A fim de analisar as relações de poder, Foucault (1995) estabelece cinco pontos centrais. Inicialmente, o autor afirma que toda relação de poder opera um sistema de diferenciações, as quais são, ao mesmo tempo, condições e efeitos que permitem agir sobre a ação dos outros. Assim, diferenças jurídicas, econômicas (apropriação de riquezas e bens), diferenças nos processos de produção, habilidades e competências, diferenças linguísticas e culturais, estabelecem relações de poder díspares entre Estados-nação, influenciando ações e resultados daqueles que exercem o poder sobre os demais.

Em segundo lugar, Foucault (1995) também afirma que há um tipo de objetivo que é perseguido por quem age sobre a ação dos outros, através de acúmulo de lucros e manutenção de privilégios, bem como operacionalidade da autoridade estatutária e exercício de uma profissão. Os Estados visam a

conservação do status adquirido, dessa forma, suas ações serão direcionadas nesse sentido.

Já as modalidades instrumentais, terceiro ponto apontado por Foucault (1995), são utilizadas como forma de exercer o poder, seja por meio da ameaça da força, do efeito de palavras ou através da economia, por mecanismos de controle e vigilância ou regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis. Os Estados utilizam determinados mecanismos, os quais os possibilitam exercer seu poder sobre os demais Estados, por meio de instrumentos legislativos, órgãos governamentais, não governamentais e supranacionais, instituições financeiras, militares, entre outras. Esses métodos devem ser utilizados de forma não coercitiva, visto que a liberdade é fator fundamental para o exercício do poder.

O quarto ponto abordado por Foucault (1995) envolve as formas de institucionalização das relações de poder, as quais através de diferentes mecanismos (tradicionalistas e jurídicos, com regulamentos próprios e estruturas hierárquicas ou sistemas complexos dotados de aparelhos múltiplos) atravessam a instituição familiar, escolares ou militares, além do Estado, o qual se encarrega de distribuir todas as relações de poder entre a sociedade. Nesse contexto, o Estado é o gestor das relações de poder entre os agentes, sejam estes públicos ou privados, individuais ou coletivos, nacionais ou internacionais.

Por fim, os graus de racionalização determinam o funcionamento das relações de poder sobre as ações possíveis, as quais podem ser mais ou menos complexas em função da eficácia dos instrumentos, da certeza do resultado ou do custo eventual. O exercício do poder não é, portanto, um fato bruto ou um dado institucional – o poder se adapta e se ajusta (FOUCAULT, 1995).

A liderança da Alemanha na Crise da Zona do Euro

A crise financeira global de 2008, desencadeada no setor imobiliário norte-americano e posteriormente disseminada em todo o sistema internacional, expôs as fragilidades da Zona do Euro, em especial nos países da periferia europeia. Desse modo, a crise da Zona do Euro pode ser definida como:

Uma crise bancária pretendendo ser uma série de

crises de dívida nacional e complicada por ideias econômicas reacionárias, uma arquitetura financeira defeituosa e um ambiente político tóxico, especialmente na Alemanha, na França, na Itália e na Grécia (GALBRAITH, 2011, p. 1)

O financiamento dos países em situação de falência se fez necessário para a estabilidade da Zona do Euro, tendo sido instauradas medidas de austeridade fiscal pela cúpula da União Europeia, a fim de fortalecer a moeda e criar condições de crescimento econômico em longo prazo. Galbraith (2011) e Krugman (2011) afirmam que os países fortemente atingidos pela crise não têm condições de cumprir as exigências de austeridade impostas pela Cúpula da UE, liderada pela Alemanha, tendendo a aprofundar a recessão, elevar o desemprego e retardar a volta do crescimento econômico. No entanto, consentir que a moeda comum sucumba e os países colapsem não é uma alternativa viável, visto que o nível profundo de integração europeia não permite que qualquer um dos países tome alguma decisão unilateral sem que o efeito seja coletivo (FOGAÇA, 2010). Nesse sentido, a gestão da dívida dos países da Zona do Euro ficou à cargo da Cúpula da União Europeia e, em especial, da chanceler alemã, Ângela Merkel, principal mentora das políticas de austeridade, as quais amenizaram os impactos da crise na Alemanha, garantindo a confiança da população na competência de sua líder para que seu dinheiro não fosse perdido (NEHER, 2013). Essa confiança da população em sua líder tem origem na boa gestão do dinheiro alemão, e na segurança que as instituições do Estado oferecem ao conjunto da rede social. São, conforme Foucault (1995), os graus de racionalização instituídos na sociedade alemã que determinam o funcionamento das relações de poder, as quais giram em função da eficácia dos instrumentos, da certeza do resultado e do custo eventual. As medidas tomadas pelos principais líderes europeus, dessa forma, amenizaram a crise na Alemanha, porém, em contrapartida, agravou-se a conjuntura nos países mais atingidos, desacelerando a recuperação dos mesmos, tornando, de certa forma, a crise da Zona do Euro no maior desafio para o sucesso econômico da Alemanha (DAUDERSTÄDT, 2013). Ao mesmo tempo, a crise do Euro fortaleceu a Alemanha, em especial a chefe de Estado alemã. Desde outubro de 2011, a frase “se o Euro fracas-

sar, fracassa a Europa. E isso não pode acontecer”, dita por Merkel, virou lema de sua política para a Europa (DEUTSCHE WELLE, 2013b). Nesse sentido, a Alemanha foi elevada à posição de liderança durante a crise. De acordo com Janis Emmanouilidis, da European Policy Centre, o país não aspirava essa função, mas não teve escolha por se tratar da economia mais forte do bloco (DEUTSCHE WELLE, 2013a). A posição de líder regional auferida pela Alemanha, dessa forma, advém dos objetivos econômicos e políticos perseguidos pelo país ao longo dos anos, objetivos os quais, conforme Foucault (1995), determinam a ação de uns sobre os outros no sentido de conservar o status adquirido. Na condição de maior líder europeia, Merkel faz oposição a quase todas as propostas apresentadas para solucionar a crise do Euro. No entanto, ela tem argumentos plausíveis para dizer não. A proposta da União Bancária, por exemplo, defendida pela Comissão Europeia, França e países endividados da Zona do Euro, estabilizaria os bancos através de instrumentos de resgate de instituições financeiras e medidas de proteção de depósitos. Merkel é contra a utilização de dinheiro alemão para salvar bancos, mas a favor de que o Banco Central Europeu (BCE) ofereça supervisão às instituições financeiras com problemas (FAUST, 2012). A proposta do Resgate dos Bancos, por outro lado, refere-se ao Mecanismo Europeu de Estabilidade, um fundo permanente de resgate à bancos endividados, defendido por Itália, Espanha e Grécia. De acordo com Merkel, os 700 bilhões de Euros em recursos do fundo não devem ser repassados a bancos falidos, mas aos governos destes países, sob condições de reformas e medidas de austeridade (FAUST, 2012). Ao se contrapor a essas propostas, Merkel se utiliza das modalidades instrumentais propostas por Foucault (1995), pois exerce o poder alemão sobre os demais Estados por meio de diversos mecanismos, viáveis em função da posição da Alemanha no cenário europeu. Embora a crise tenha atingido com maior intensidade os países da periferia europeia, todas as nações do continente foram afetadas, em menor ou maior intensidade. Aos países com déficits orçamentários, coube o pedido de auxílio. Aos demais países, coube a responsabilidade de bus-

car uma solução, rápida e eficaz, na tentativa de evitar o colapso total não apenas de alguns países, mas sim de um continente e de um sistema pioneiro, até então, exitoso. Nesse cenário, a importância das instituições supranacionais europeias se fez presente, acompanhada da forte atuação da Alemanha. Conforme Foucault (1995), há uma institucionalização das relações de poder, distribuídas entre a sociedade pelo Estado, sejam agentes públicos ou privados, individuais ou coletivos, nacionais ou internacionais, e a Alemanha, nesse caso, é considerada a nação gestora das dívidas soberanas europeias, responsável por buscar soluções para a crise da Zona do Euro. Além disso, Ângela Merkel, primeira-ministra alemã, tornou-se, ao mesmo tempo, a principal representação de esperança aos países em situação de falência e sinônimo de austeridade fiscal. Foucault (1995) afirma que toda relação de poder opera um sistema de diferenciações, as quais são, ao mesmo tempo, condições e efeitos que permitem agir sobre a ação dos outros, estabelecendo relações de poder díspares entre Estados-nação, influenciando ações e resultados daqueles que exercem o poder sobre os demais. Dessa forma, a chanceler alemã, como representante da Alemanha, assegura a necessidade de controle de gastos públicos para que se possa restabelecer o equilíbrio orçamentário, favorecendo a volta do crescimento econômico. É com base nesse argumento que, apesar das reivindicações contra a postura firme de Merkel, os países em crise têm concordado com as exigências feitas para recebimento de auxílio financeiro. Merkel, por outro lado, tem o apoio do povo alemão nessa empreitada, mas só o tem devido à confiança da população na sua capacidade de boa gestão das finanças públicas. Dessa forma, a Alemanha firmou-se como liderança na Europa, almejando soluções para a crise da Zona do Euro.

Considerações Finais

As consequências geradas pela crise da Zona do Euro acentuaram, de forma geral, a dependência que os países europeus tem uns dos outros e do sistema ao qual pertencem, visto que a saída de qualquer país do bloco acarretaria sérios prejuízos à todos. No atual momento, tem-se a percepção de que, por pior que seja a situação com

a presença dos países em situação de falência, a crise poderia ser muito pior sem os mesmos no bloco. A representatividade da saída de alguma nação do bloco europeu poderia ocasionar perda de valor e relevância da moeda comum no cenário mundial, gerando danos às economias europeias. Da mesma forma, o fim do Euro ou o colapso da União Europeia significariam à Alemanha a destruição do esforço de integração de mais de meio século, do qual o país foi e continua a ser incentivador. A União Europeia tornou-se, assim, o foro de maior atuação da Alemanha, onde a nação alemã pode exercer seu poder, adquirido por via econômica e traduzido em influência política. Poder que, a partir da crise da Zona do Euro, foi posto à prova, e do qual exigiu-se a real demonstração de sua eficácia frente às necessidades enfrentadas pelos países europeus em crise. Portanto, a continuidade do projeto da União Europeia e da força da moeda comum dependem da reação dos países do bloco, atingidos pela crise de forma direta ou não, e pela forma que as lideranças europeias, detentoras do poder regional, conduzirão a crise. O desafio consiste em encontrar soluções plausíveis que viabilizem a redução das dívidas soberanas e a volta do crescimento econômico e, assim, a manutenção de uma Europa forte e atuante no sistema internacional. De tal forma, conclui-se que, a Alemanha visa, ao mesmo tempo, a manutenção da União Europeia, projeto que o país incentiva desde os primeiros passos, e a estabilidade do próprio país. Assim, ao apoiar a União Europeia, a Alemanha torna-se ator atuante e relevante na Europa, conservando o poder adquirido após a reunificação, além de fortalecer-se internamente, por meio da representação de sua vontade a nível externo, tendo em sua líder, Ângela Merkel, uma chanceler firme que, mesmo questionada, consegue exercer seu poder, isto é, o poder da Alemanha. Com base nesses argumentos, a Alemanha dispõe dos instrumentos necessários para exercer seu poder na Europa, visando a manutenção da Zona do Euro frente à crise financeira iniciada em 2008, além de sua própria manutenção como hegemonia regional europeia.

Bibliografia

DAUDERSTÄDT, Michael. A Alemanha e a

crise: vitórias pírricas. Nueva Sociedad, especial em português, set. 2013. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 10 nov. 2013.

DEUTSCHE WELLE. Crise do euro fortaleceu Merkel. Carta Capital. Publicado em: 21 set. 2013a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-do-euro-fortaleceu-merkel-4011.html>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Merkel defende mudanças em tratados e fortalecimento da União Europeia. Publicado em: 18 dez 2013b. Disponível em: <<http://www.dw.de/merkel-defende-mudan%C3%A7as-em-tratados-e-fortalecimento-da-uni%C3%A3o-europeia/a-17305495>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

FAUST, André. O lado Merkel ganhou. Revista Exame. Publicado em 27 jun. 2012. p. 170-174.

FOGAÇA, Guilherme. A Europa em suas mãos. In: Líderes. Revista Exame. Publicado em 29 dez. 2010. p. 74-75.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GALBRAITH, James K. Crise na Europa: solução dos bancos é destruir os mais fracos. OperaMundi, publicado em: 20 nov. 2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/17979/crise+na+europa+solucao+dos+bancos+e+destruir+os+fracos.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

KRUGMAN, Paul. Exchange rates and wages. In: The New York Times. Publicado em: 24 dez. 2011. Disponível em: <http://krugman.blogs.nytimes.com/2011/12/24/exchange-rates-and-wages/?_r=0>. Acesso em: 21 nov. 2013.

NEHER, Clarissa. Crise do euro contribui para

favoritismo de Merkel nas eleições na Alemanha. In: Portal Terra. Publicado em: 21 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/crise-do-euro-contribui-para-favoritismo-de-merkel-nas-eleicoes-na-alemanha,7d8f25467db31410VgnVC-M10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Operação Condor: A cooperação para o Terror no Cone Sul

por Maria Aparecida Felix Mercadante¹

Resumo

Em 1975, no Chile, o Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional, estabeleceu as bases para a criação da Operação Condor. Apoiada pela CIA e pelo governo dos Estados Unidos da América, a Condor tinha por objetivo principal a coordenação de ações repressivas contra opositores do governo e líderes de esquerda da região. Para tanto, fomentou o terror na região do Cone Sul, atuando além-fronteiras e sendo responsável por diversos sequestros, assassinatos e desaparecimentos de pessoas. Face à importância histórica da Operação Condor, o presente artigo procura analisá-la enquanto cooperação político-militar entre os regimes militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai e seus órgãos de inteligência. A investigação foi realizada por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o contexto no qual nasce a Condor, seus reais objetivos e sua evolução. Como paradigma teórico, pretende-se compreender a Operação Condor no âmbito da teoria dos complexos regionais de segurança.

Palavras-chave: Operação Condor. América Latina. Cooperação político-militar. Regimes Militares.

Introdução

Sob o sistema internacional de ordem bipolar marcado pela Guerra Fria e o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo, a América Latina assistiu, nos anos 60 e 70, à ascensão de inúmeras ditaduras militares baseadas na Doutrina de Segurança Nacional e na influência norte-americana de proteção do continente contra o comunismo. A fim de coordenar ações repressivas e combater a subversão e o

comunismo, em 1975, uma reunião entre chefes dos governos das ditaduras da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai estabeleceu a criação da Operação Condor, uma cooperação político-militar entre os governos e seus órgãos de inteligência que tinha como objetivo agir além das fronteiras nacionais para neutralizar e reprimir os grupos que se opunham ao regime; buscavam “livrar” a América do Sul da subversão e da “ameaça” comunista. Em 2001, com a desclassificação de documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América tornou-se público o conhecimento dos EUA pela Operação e o seu envolvimento com a participação da CIA e de outros serviços de inteligência no apoio a integração das forças de segurança do Cone Sul.

Face à importância histórica, busca-se explorar a Operação Condor como uma cooperação político-militar de segurança que fomentou o terror na região do Cone Sul, sendo responsável por diversos sequestros, desaparecimentos e assassinatos. A investigação do presente artigo foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental; foram utilizados como base o livro “Os anos do Condor”, escrito por John Dinges, escritor e jornalista norte-americano que viveu no Chile durante a ditadura militar; além de obras do jornalista brasileiro Nilson Mariano e de Enrique Serra Padrós. Têm-se como apoio, a compreensão dos fatores externos e internos que contribuíram para o sucesso na criação da Operação Condor e, como objetivo, enquadrá-la como uma operação de segurança coletiva, razão pela qual o problema que norteia o artigo é este: tendo em vista o contexto de Guerra Fria, é possível enquadrar a Operação Condor como uma operação de segurança coletiva nos parâmetros da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança?

O paradigma teórico utilizado é a teoria dos complexos regionais de segurança. O presente artigo está dividido em três seções: na primeira, será abordada a situação do sistema internacional do período e, a lógica de Guerra Fria e do mundo dividido em dois polos. O foco da segunda seção será a criação da Operação Condor, com seus objetivos específicos, a participação países membros, inclusive o Brasil, e o conhecimento e apoio norte-americano, comprovado por documentos da CIA. Por sua vez, a terceira seção analisará a natureza da Operação Condor.

¹ Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Programa de Aprendizagem VI

A Doutrina de Segurança Nacional e a ameaça do comunismo

Na segunda metade do século XX, o sistema internacional viveu a existência de dois polos antagônicos de poder, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as duas superpotências que emergiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. O período conhecido como Guerra Fria foi marcado pela disputa entre capitalismo versus socialismo, a qual possuía conotações econômicas, políticas, militares, estratégicas e até mesmo ideológicas, pois as duas superpotências que disputavam a hegemonia mundial, também disputavam a supremacia de sua ideologia. Segundo Joseph Nye (2009, p.142), “A intimidação da Guerra Fria estava intimamente ligada à manutenção de grandes arsenais nucleares americanos e soviéticos, mas também foi uma extensão da lógica do equilíbrio de poder”. Assim, com o perigo iminente de uma guerra nuclear, capaz de dizimar a população mundial, a máxima era a contenção e a balança de poder sem o confronto direto entre os dois lados.

Do ponto de vista estadunidense, “a contenção referia-se a uma política americana específica de conter o comunismo soviético assim como de promover uma ordem mundial liberal do ponto de vista econômico e político” (NYE, 2009, p.142). A contenção do comunismo soviético seria conhecida como Doutrina Truman, após um discurso, feito em 1947, pelo então presidente norte-americano, Harry Truman, no qual anunciava ajuda aos países europeus: “Eu acredito que a política dos Estados Unidos deve ser de apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação por minorias armadas ou por pressões exteriores [...] Eu acredito que a nossa ajuda deve ser primeiramente através da estabilidade econômica e da ordenação do processo político” (TRUMAN, 1947, p. 11, tradução nossa)². Do ponto de vista econômico, os Estados Unidos implementariam o Plano Marshall, um auxílio financeiro

2 I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by arm or by outside pressures [...] I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes.

com o objetivo de promover a reconstrução da Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra.

A América Latina, nesse contexto marcado por insegurança e medo no sistema internacional, sofre dois processos: um de cunho econômico e outro político. O primeiro era caracterizado pela crise estrutural, resultante do fim dos saldos comerciais acumulados durante a Segunda Guerra, dos custos de uma terceira revolução industrial e da retirada de riquezas dos países latino-americanos por grupos estrangeiros. O segundo resultou do sucesso na implantação de um poder popular e socialista de Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, na revolução em Cuba, que serviria como um exemplo a ser seguido na luta contra o imperialismo na região (PADRÓS, 2009). A combinação da deterioração econômica com as demandas por mudança e com a radicalização e o crescimento da insatisfação social levou os Estados Unidos a reavaliar suas alianças locais e repreender qualquer atitude que fosse contra seus interesses.

Há, ainda, um fator histórico anterior ao período. A criação da Doutrina Monroe, em 1823, pelo então presidente James Monroe, que instituía o lema “América para os americanos”, era entendida como um instrumento de defesa da integridade territorial do continente em face de possíveis agressões europeias; ou seja, os Estados Unidos se arvoravam na condição de protetores do continente americano. Com isto, na prática, Washington estipulava a América Latina como zona de influência norte-americana, situação que perdurou no tempo.

Os Estados Unidos, a fim de reforçar a sua influência local durante o período da Guerra Fria, passam a executar a Doutrina de Segurança Nacional nos países latino-americanos, com o objetivo de conter desvios e antagonismos sociais capazes de ferir a integridade nacional. Cria-se, então, a ideia de uma comunidade unida e homogênea em todos os seus interesses,

O Estado capitalista é confundido com a Nação. [...] O Estado de Segurança Nacional é proposto à população como a própria encarnação de toda a Nação. As ações do Estado são apresentadas, em princípio e a priori, como expressões do pensamento e da vontade nacional, sem que os diversos segmentos da sociedade como um todo sejam ouvidos, consultados e considerados. (BAUMGARTNER apud PADRÓS, 2005, p. 53).

Desse modo, aquele, ou aqueles, que discordassem dessa perspectiva, da ideia de uma “Nação” e de seus interesses comuns, deveriam ser encarados como “inimigos”, restando ao Estado à responsabilidade pelo combate a esta ameaça e a proteção da unidade nacional. Essa doutrina serviria para legitimar o uso da força como domínio do Estado, além de demonstrar que a segurança local também serviria ao interesse do governo norte-americano (PADRÓS, 2005). A noção de desvios sociais estaria intimamente ligada à ameaça comunista na região, validando a ideia de que as ameaças comunistas internas – nos países da América Latina – também representariam uma ameaça à segurança dos EUA.

Um dos mecanismos que, nos países latino-americanos, possibilitaram reprodução da geopolítica dos Estados Unidos foi o intercâmbio para o treinamento das Forças Armadas e policiais entre Brasil e Estados Unidos, por meio de programas militares que garantiam a subordinação das Forças Armadas dos países latino-americanos à liderança e aos interesses dos norte-americanos. Dessa forma, sob inspiração norte-americana, foram criadas escolas de formação militar na América Latina: Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile e, inclusive, a Escola Superior de Guerra do Brasil; caracterizavam-se como uma espécie de força de reserva e deviam desempenhar funções regionais a serviço da estratégia global dos EUA (PADRÓS, 2005).

Dessa forma, o próximo passo dos Estados Unidos para reforçar e manter a influência na América Latina passa ser a interrupção de governos de esquerda e centro-esquerda, que representavam uma ameaça aos seus interesses. O golpe de 1964, no Brasil, instaurou uma ditadura militar que suprimiu as liberdades individuais e foi responsável por inúmeras práticas repressivas; assim como o regime militar paraguaio, instaurado anteriormente, em 1954, por Alfredo Stroessner. A seguir, a Argentina passa a ter um regime militar, em 1966, com o General Juan Carlos Onganía; na Bolívia, houve um golpe em 1966 e outro em 1971; em 1973, ocorre o golpe de Estado por Juan María Bordaberry, no Uruguai; no

mesmo ano, no Chile, a tomada do Palácio de La Moneda inaugura o regime militar do General Augusto Pinochet; e por fim, em 1976, outro regime militar se instaura na Argentina, com uma junta militar composta por Videla, Massera e Agosti (PADRÓS, 2009). O Brasil, sendo um dos primeiros países a instaurar a ditadura, passava a desempenhar o papel de gendarme regional, ou seja, assumia o papel de polícia da região a mando dos Estados Unidos a fim de atuar nos demais golpes que viriam a acontecer nos países vizinhos.

Em comum, os regimes civil-militares, baseados na Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceram como principais focos o anticomunismo, a identificação do inimigo interno e a luta contra a insurreição. As Forças Armadas, com domínio político e construção ideológica, desencadearam uma guerra contra a subversão usando a metodologia da repressão, dos assassinatos e dos desaparecimentos. Os interrogatórios viraram tortura, e, como consequência, tem-se a propagação do terror e do medo na América Latina (PADRÓS, 2009). É claro que cada regime nacional teve suas características, mas é comum, nas declarações dos responsáveis pelos regimes, incitar a violência e a necessidade de ação, como a sentença antes do golpe do general argentino Videla: “Se for, preciso, na Argentina vão morrer tantas pessoas quantas forem necessárias para que se alcance a paz no país” (DINGES, 2005). E no Brasil, o Ato Institucional nº 5, de 1968, considera “imperiosa a adoção de medidas que impeçam, sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária” (BRASIL, 1968). Para que a repressão fosse efetiva, as ditaduras organizaram uma aliança que interligou tanto os órgãos de inteligência quanto os aparatos militares e que resultou na criação da Operação Condor.

A Operação Condor

Em 1975, acontece, no Chile, a I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, comandada por Manuel Contreras, chefe da Dirección de Inteligencia Nacional (Dina) - força de in-

teligência que agia com poder de polícia, criada pelo General Augusto Pinochet, durante o regime militar. O coronel Manuel Contreras contou com a participação dos serviços de Inteligência da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil para a elaboração de acordos entre os serviços secretos, a fim de facilitar a ação de agentes desses países e a execução de operações repressivas conjuntas. Segundo Contreras, “a cooperação informal do passado não era mais suficiente para combater essa ‘guerra psicopolítica’” (DINGES, 2005, p.34). De acordo com John Dinges (Ibidem, p. 86), a esquerda latino-americana também planejava ações coordenadas de suas organizações armadas latino-americanas, como a criação da Junta Coordinadora Revolucionária³, no Chile, em 1972, sendo esse um dos fatos que serviram de legitimação para a criação da Condor. Em um relatório da CIA (Ibidem, p.73), lê-se que “o medo de que todos os grupos de guerrilha por toda a América do Sul se unissem é que motivou a recente intensificação na cooperação entre os funcionários da segurança no Cone Sul”.

A reunião seria o ponto de partida da Operação, a apresentação da proposta e das três fases para o que era chamado de “coordenação efetiva”. A primeira fase tinha como objetivos a criação de um Banco de Dados, um arquivo centralizado de antecedentes de pessoas, organizações e outras atividades ligadas à subversão, para compartilhamento de informações entre os países e a criação de um Centro de Informações. Esse sistema previa telefones com dissimuladores de voz, correios e telex, além de um alfabeto cifrado a fim de evitar qualquer interceptação nas transferências de informações. (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, NSA, 1975). As fases dois e três tratavam sobre as operações. A segunda fase limitava as ações contra os alvos no interior dos seis países-membros, a fim de deter os indivíduos que procuravam refúgio na Argentina, único país que ainda não estava sob regime ditatorial. Além disso, formalizava e incluía a Bolívia, o Brasil e o Uruguai em uma operação

bem-sucedida, que havia acontecido, meses antes, entre Chile, Argentina e Paraguai. Por fim, a fase três da Operação extrapolava as fronteiras da América Latina, expandindo a perseguição aos inimigos e os assassinatos também aos Estados Unidos e à Europa (DINGES, 2005).

Durante a reunião, também ficou definido o nome da organização, que, por sugestão do Uruguai, levaria o nome de Condor, em homenagem à ave condor, uma das insígnias do brasão chileno e maior ave voadora do mundo: “o abutre dos Andes que sobrevoa acima das fronteiras era o nome mais apropriado para uma operação sanguinária que unificou os serviços de segurança do Cone Sul” (SOUZA, 2011, p. 164). “Agindo além das fronteiras, os sócios do condor tinham permissão para prender, torturar, matar e ocultar cadáveres [...] O horror passou a circular sem passaporte”. (MARIANO, 2003, p. 17). A Operação tinha como objetivo claro eliminar subversivos, políticos opositores ou colaboradores dos grupos de esquerda, que eram considerados “terroristas”, e caracterizou-se por desconsiderar a proteção dos direitos humanos e por, assim, violar as regras do Direito Internacional, como o direito de refúgio e asilo.

Entre os êxitos da Operação Condor logo após sua formação, encontra-se o assassinato em 1974, em Buenos Aires, do ex-ministro da Defesa e comandante chefe do Exército – até ser substituído por Pinochet – de Allende, o general Carlos Prats (PADRÓS, 2009). Além desse, um dos casos que mais demonstrou a consolidação da cooperação e a união entre os países aconteceu em 1977, quando cinco refugiados políticos (três argentinos e dois uruguaios) foram capturados no Paraguai e levados à Argentina. A ação envolveu os aparatos repressivos dos três países: sequestro, transporte e desaparecimento das vítimas. Isso que mostra claramente o envolvimento e a aliança continental que se estabeleceu no Cone Sul derivada da Operação Condor (MARIANO, 2003).

De acordo com Dinges (2005), o Brasil teria enviado uma delegação, apenas como observadora, na primeira reunião, e o ingresso formalmente estabelecido ocorreria somente em 1976. Os autores estudados convergem sobre a participação brasileira na Operação, sendo esta menos ativa se comparada aos demais países-membros,

3 A Junta Coordinadora Revolucionária era composta pelo Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros (MLN-Tupamaros), do Uruguai, pelo Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), da Argentina, pelo Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), do Chile, e pelo Ejército de Liberación Nacional de Bolivia (ELN - Boliviano) (DINGES, 2005, p. 86).

uma vez que ficara restrita à cooperação na formação e no intercâmbio de informações sobre “terroristas” e subversivos, enquadrada, então, na primeira fase da Operação. Documentos do Departamento dos Estados Unidos afirmavam que o Brasil não havia concordado em participar de operações de campo além das fronteiras nacionais, sua principal contribuição seria prover os equipamentos de comunicação para o Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países do Condor (MARIANO, 2003).

Souza (2011) apresenta alguns motivos pelos quais se pode compreender a cooperação limitada do governo brasileiro; segundo ele, a situação no Brasil era favorável ao governo, uma vez que o auge da repressão já havia passado, e os principais movimentos revolucionários já haviam sido reprimidos, sendo praticamente vencidos. Um exemplo disso é o desmantelamento, em 1975, da Guerrilha do Araguaia, que fora organizada pelo PC do B no Norte do país. Ademais, sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o país iniciava o processo de redemocratização, com uma “abertura lenta, gradual e segura” e com manifestações a favor do retorno de exilados brasileiros e da libertação de presos políticos. Fatos como esse também contribuíram para o país ser receptor de refugiados estrangeiros e, como participante da Operação Condor, colaborar para a realização de prisões em seu solo. A repressão da ditadura militar brasileira, fez do Brasil uma referência aos países vizinhos, que se utilizaram de práticas de torturas semelhantes às brasileiras. A repressão no Brasil tinha como característica a imposição do medo e do terror, em conjunto com práticas de coerção física e psicológica; sequestros, como forma de detenção, e tortura física, como disseminadora do medo (SOUZA, 2011).

As primeiras revelações sobre a Operação Condor são datadas de 1976 – e evidenciam o conhecimento da Operação por parte dos Estados Unidos. O memorando elaborado pelo agente do FBI Robert Scherrer, que, na época, atuava na Argentina, foi enviado da embaixada de Buenos Aires para o Departamento de Estado norte-americano, definindo as linhas da Operação:

A Operação Condor é o nome-código para a coleta, a troca, e o armazenamento de dados de inteligência a respeito dos assim chamados “esquerdistas”, comunistas e marxistas. [...] O Chile é o centro para a

“Operação Condor” e, além do Chile, seus membros incluem Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil também concordou experimentalmente em fornecer dados de inteligência para a “Operação Condor”. Os membros da “Operação Condor” que demonstram maior entusiasmo atualmente são a Argentina, o Uruguai e o Chile. (FBI apud DINGES, 2005, p.52-53).

A partir de desclassificação de outros documentos, em 2001, tornou-se público o quadro de conhecimento dos Estados Unidos sobre as ações da Operação, a caça à oposição, a violação dos direitos humanos, as detenções ilegais e a transferência clandestina de presos entre os países (PADRÓS, 2009). Contudo, o papel dos Estados Unidos e da CIA, de acordo com Dinges (2005), limitou-se ao treinamento de agentes da Dina, fornecimento de aparato técnico para os sistemas de comunicações e apoio à integração das forças de segurança do Cone Sul, uma vez que combater o movimento comunista e os líderes de esquerda era de grande interesse do governo norte-americano.

Segundo Padrós (2009), Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos, teria sinalizado para os generais argentinos que acelerassem o processo contra a subversão, ou seja, a destruição dos “subversivos”, visto que a defesa dos direitos humanos fazia parte da plataforma de governo do candidato ao governo norte-americano James Carter, o que prejudicaria as relações dos EUA com as ditaduras militares da América Latina. De fato, a Operação Condor cresceu encoberta pela CIA, mas não é possível afirmar que esta teve responsabilidade de coordenação da Operação.

Natureza da Operação Condor

As ditaduras tinham características diferentes entre si. No Brasil, a ditadura implantou o terror psicológico, a imposição do medo, enquanto, na Argentina, houve o ocultamento de cadáveres e o extermínio em massa. No Uruguai, era usada a tática do encarceramento prolongado, por cinco a 10 anos, e sessões de torturas. No Chile, era comum a desfiguração dos corpos com cal e o fuzilamento coletivo. No Paraguai, criaram-se campos de concentração e barras de ferro eram utilizadas como instrumento em espancamentos (MARIANO, 2003). Os meios utilizados pelos regimes para disseminar o terror, tanto na

população quanto nos elementos “subversivos”, receberam características próprias em cada país; mas a convergência entre esses regimes encontrava-se no discurso de uma ameaça regional, um perigo iminente, a ideia de que os regimes seriam colocados em risco por opositores prontos a dar um golpe. Desse modo, a cooperação entre esses regimes militares era vista como essencial para a proteção da região, ao passo que contribuía para a troca de políticas efetivas. De acordo com Robert Keohane, cooperações ocorrem quando

Atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou potenciais de outros, através de um processo de coordenação política [...] a cooperação intergovernamental ocorre quando, na verdade, as políticas seguidas por um governo são consideradas pelos seus parceiros como facilitadoras na realização dos seus próprios objetivos como o resultado de um processo de coordenação política. (KEOHANE, 1984, p. 51-52, tradução nossa)⁴

A Operação Condor serviu para construir uma coordenação nas políticas repressivas, uma vez que facilitou a troca de informações, de presos políticos e a execução conjunta de ações repressivas entre os países; assim, sua criação era vista como necessária; dado isso, por exemplo, para os chilenos, “as cooperações bilaterais, que sempre existiram, deveriam ser sistematizadas, evoluindo para uma organização compacta e abrangendo o Cone Sul” (MARIANO, 2003, p. 19). Portanto, a Operação, então, enquadrar-se-ia como um exemplo de cooperação internacional, ainda que seus objetivos não fossem nobres e claramente violassem direitos humanos.

A Operação Condor também pode ser analisada à luz da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), formulada por Barry Buzan e Ole Waever. Um complexo regional de segurança é definido como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos estão tão interligados que os seus problemas de segurança não possam ser analisados e resolvidos separados um do outro” (BUZAN; WAEVER, 2003 p. 44, tradução

nossa)⁵. Ou seja, os problemas de segurança da região do Cone Sul estavam intimamente conectados entre si, de modo que suas soluções necessitavam ser tratadas de forma unificada.

A CRS surge no século XX nas bases da Escola de Copenhague⁶. Segundo essa teoria os problemas de segurança estariam intrinsecamente associados à sua região, mas continuariam sofrendo a interferência da polaridade do sistema internacional (BUZAN; WAEVER, 2003). Além disso, a teoria acrescenta aos estudos de segurança variáveis domésticas e regionais na análise das relações de segurança internacionais, o que a difere de estudos realistas e de segurança clássicos, e a torna funcional para a compreensão de um fenômeno como a Operação Condor. Com base nos preceitos da Escola, as ameaças à segurança seriam socialmente construídas e, para isso, seriam estabelecidas por meio de práticas intersubjetivas, como a securitização, por meio da qual um agente securitizador buscaria estabelecer a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade. Emprega-se o conceito de “ato de fala” (speech-act) para analisar o processo comunicativo por meio do qual uma questão é transposta para o campo da segurança (DUQUE, 2009). A securitização é um dos processos presentes na definição da CRS que tornaria necessário integrar a segurança da região, sendo, assim, indispensável sua análise conjunta. É importante ressaltar que a securitização só é efetivada quando esta for considerada pelo público como legítima, de modo que a ameaça estabelecida justifique a quebra dos mecanismos institucionais normais e legítimos, por exemplo, o uso da força (BUZAN; WAEVER, 1998; DUQUE, 2009).

Na Operação Condor, a legitimação de suas ações foi realizada por meio dos discursos que incitavam uma guerra contra a subversão, o “terrorismo” e o comunismo internacional. Os fundamentos da Condor, presentes no documento Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional, de 29 de outubro de 1975,

4 Actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination [...] intergovernmental cooperation takes place when the policies actually followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination.

5 A set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another

6 “A Escola de Copenhague visa a desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente”

escrito por Manuel Contreras ilustram isso:

A subversão desde alguns anos atrás, está presente em nosso continente, amparada por conceitos político-econômicos que são fundamentalmente contrários à história, filosofia, religião e costumes dos próprios países do nosso hemisfério. Esta situação descrita, não reconhece fronteiras ou países e se infiltra em todos os níveis da vida nacional. A subversão desenvolveu comandos intercontinentais, continentais, regionais e sub-regionais, centralizados para coordenar as ações dissociadoras. (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, NSA, 1975, tradução nossa)⁷

Segundo Buzan e Waeber (2005, p. 45, tradução nossa)⁸, “o caráter particular de uma CRS muitas vezes será afetada por fatores históricos, como duradouras inimizades ou semelhanças culturais comuns em uma área de civilização”. No Cone Sul, o estabelecimento de regimes militares baseados na Doutrina de Segurança Nacional foi crucial para criação de uma identidade comum, que levou à integração na segurança da região pela cooperação dos países entre si.

A própria consolidação da Operação em ações de “sucesso” nos países do Cone Sul e até além das fronteiras sul-americanas, como o assassinato do ex-embaixador chileno nos EUA, em 1976, demonstra que a Condor se mostrou efetiva no propósito de proteger internamente os regimes militares no poder no continente e servir à segurança regional contra aquilo que foi sistematizado como “inimigo” do regime e que ameaçava a sua sobrevivência.

Considerações Finais

A bipolaridade do sistema internacional, a influência estadunidense na região do Cone Sul e, devido a isso, a imposição das ditaduras mil-

7 La Subversión desde hace a algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida Nacional. La Subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras.

8 The particular character of a local RSC will often be affected by historical factors such as long-standing enmities, or the common cultural embrace of a civilization area.

itares, foram fatores externos chaves para compreender porque a Operação Condor se mostrava como necessária aos governos ditatoriais. O funcionamento da Condor implicava a pré-existência de afinidades econômicas, políticas e ideológicas entre os países, o que foi garantido de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Seu estabelecimento visava conter os desvios e antagonismos sociais, criando a ideia de uma comunidade unida e homogênea, a fim de legitimar o uso da força como domínio do Estado; acabou-se, assim, por criar uma caça aos comunistas na região. Fatores internos, como a emergência de grupos de resistência nesses países e sua organização, através da Junta Coordenadora Revolucionária, também serviram como incentivo à luta contra a subversão, enunciada pelas ditaduras.

Por ter como seu objetivo a busca pela segurança interna regional contra subversivos, que representavam uma ameaça comum à unidade dos regimes militares, é possível enquadrar a Operação Condor como um exemplo de cooperação no campo de segurança coletiva que reflete os princípios da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Seus problemas não poderiam ser tratados nem analisados de forma individual, sendo necessária a construção de um conjunto de políticas, uma organização, capaz de coordenar as ações repressivas e, além disso, criar meios capazes de facilitar o intercâmbio de informações e de indivíduos. A Operação Condor se mostrou como uma organização criminosa de associação ilícita entre as ditaduras da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Chile, do Paraguai e do Uruguai; a qual foi responsável por inúmeros assassinatos e detenções ilegais que acabaram por resultar em torturas e desaparecimentos. Um acordo político-militar que propagou o terror na região. A Operação durou até a época da redemocratização da região e foi capaz de chegar até sua fase três, sendo ativa na Europa e nos Estados Unidos.

As informações sobre as ações, tanto da Operação Condor quanto das ditaduras militares da América Latina, ainda são bastante limitadas aos relatórios e documentos liberados pelos governos e pelas declarações de sobreviventes. A comprovação da existência da Condor revela uma campanha de terror praticada pelos Estados e que, de maneira nenhuma, deve manter-se impune ou ser esquecida. As provas e documen-

tos já conhecidos tornaram possível a responsabilização de alguns indivíduos que tiveram a sua participação comprovada nos casos de torturas, detenções e assassinatos, tornando-os passíveis de processos e condenações por tribunais internacionais. No entanto, grande parte da história desses regimes ainda não foi apurada, o que deixa assim, um espaço a ser preenchido na própria história da América Latina.

Bibliografia

BRASIL, **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 6 set. 2014.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998. p.25-27.

DINGES, John. **Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 31, n.3 set-dez, 2009 p.47-481 Disponível em <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v31n303.pdf>> Acesso em 10 set. 2014.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**. Cooperation and discord in the world political economy. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1984. Disponível em <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/political_science/users/elena.gadjanova/public/Keohane%20-%20after%20hegemony0001.pdf> Acesso em 9 set. 2014.

MARIANO, Nilson. **As Garras do Condor**. São Paulo: Vozes, 2003.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE (NSA). **Outubro 1975 – Primera Reunion de Trabajo de Inteligencia Nacional**. The George Washington University, Washington, D.C. Disponível em <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>> Acesso em 9 set. 2014.

NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas relações internacionais**. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009. p. 141–147.

PADRÓS, Enrique S. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**, Porto Alegre, n.47, jul-dez, p.115-138 Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29506/18191>> Acesso em 10 ago. 2014.

PADRÓS, Enrique S. Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985): do Pachecato à Ditadura

Civil-Militar. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6149/000525881.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 ago. 2014.

SOUZA, Fabiano F. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**. n. 8, vol 3, Jan-Junho, 2011. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/12769>>. Acesso em 14 ago. 2014.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.1 jan-jun, 2003, p.53 Disponível em < http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Tanno_vol25n1.pdf> Acesso em 10 set. 2014.

TRUMAN, Harry S. **Draft of March 11, 1947**. Disponível em < http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/doctrine/large/documents/pdfs/9-9.pdf#zoom=100>. Acesso em 4 set. 2014.

A internet é um campo de batalha! As mulheres curdas, o ISIS e os usos e discursos do online em um conflito de repercussão internacio- nal

por Gabriella de Toledo S. C. L. de Moura¹ e

Thaís dos Santos Choucair²

Setembro de 2014. Uma mulher yazidi³ é sequestrada pelo grupo Estado Islâmico no Iraque e vendida como escrava sexual. Cerca de outras 300 mulheres⁴ compartilharam com ela esse mesmo destino. Julho de 2014. Milhares de mulheres⁵ residentes dos territórios controlados pelo grupo sofreram mutilação genital após ordem da organização jihadista⁶. O Estado Islâmico é um grupo radical de islâmicos sunitas, que têm cometido diversos ataques às populações dissidentes de suas ideologias, como assassinatos, decapitações, estupros, sequestros, além de escravização. O ISIS, como é conhecido mundialmente, vem criando uma realidade de terror na região do Iraque e Levante. Tais ações têm acontecido de forma mais orquestrada desde 2012, mas, até poucos meses, o grupo não havia despertado a atenção da comunidade internacional, tendo sido, inclusive, apoiado por muitos Estados na luta contra o regime de Assad, na Síria⁷.

1 Gabriella de Toledo e Silva Correia Lima de Moura é estudante de Defesa e Gestão Estratégia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e volta seus estudos para as pesquisas relativas ao Oriente Médio.

2 Thaís dos Santos Choucair é estudante de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante bolsista de iniciação científica do grupo de Estudos em Mídia e Esfera Pública (EME), e seus estudos estão situados na área de Comunicação e Política.

3 Yazidi: Minoria étnica-religiosa cuja crença funde princípios cristãos, islâmicos e zoroastrianos.

4 Dados do Observatório de Direitos Humanos da Síria e relatórios da ONU

5 Dados do Observatório de Direitos Humanos da Síria e relatórios da ONU

6 Jihadista: Muçulmanos que defendem e promovem o Islã através da luta, geralmente, armada

7 Informações retiradas do livro *The Isis Threat: The Rise of the Islamic State and their Dangerous Potential*, lançado Providence Research, com pesquisas e dados de diversos institutos, jornalistas e governos.

Na empreitada contra grupos étnicos divergentes, devido à localização territorial o ISIS tem travado um conflito em especial com a população curda. Os curdos são uma etnia original da região conhecida como Curdistão, que está distribuído entre a Turquia, Irão, Iraque, Síria, Armênia e Azerbaijão. O povo curdo já vinha lutando contra o regime sírio na guerra civil de 2013, e, hoje, forma a principal força de resistência em solo contra o autoproclamado Estado Islâmico.

Após ataques em Sinjar, em agosto, onde milhares de curdos e Yazidi foram mortos, sequestrados e obrigados a se refugiarem nas montanhas sem comida ou água, os governos ocidentais passaram a fornecer armamento e treinamento para peshmergas no nordeste do Iraque - ou sudeste do Curdistão⁸. Já na região de Rojava, oeste do Curdistão, a situação é ainda mais crítica: apenas recentemente as forças de resistência que atuam contra o ISIS passaram a ter o auxílio dos ataques aéreos realizados pela coalisão liderada pelos Estados Unidos. A cidade de Kobani se tornou ícone dessa resistência que encontrou nas mulheres do YPG (People's Protection Units) e YPJ (Women's Defense Units) suas protagonistas. Nesse contexto, há anos ambos os grupos combatem não só o ISIS, mas também outros extremistas e o regime ditatorial sírio⁹.

Complexas e numerosas são as questões tangenciando o conflito que envolve o Estado Islâmico e as mulheres curdas - além de diversos outros atores. Mas um aspecto em especial é passível de ser empiricamente observado; basta uma pesquisa no canal de vídeos Youtube com algumas palavras chave como "kurdish women" - ou qualquer tradução para qualquer língua - que uma série de vídeos com milhares de visualizações e comentários argumentativos surgirão. Entre outras práticas, essas mulheres têm aprendido, ensinado e utilizado táticas de guerra e manuseios de armas, além de estarem lendo e espalhando para outras mulheres livros marxistas e feminis-

8 Informações retiradas do livro *The Isis Threat: The Rise of the Islamic State and their Dangerous Potential*, lançado Providence Research, com pesquisas e dados de diversos institutos, jornalistas e governos.

9 Informações retiradas do artigo publicado pela estudante PhD Dilar Dirik da Universidade de Cambridge, disponível no site <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/09/other-kurds-fighting-islamic-stat-2014928753566705.html>

tas, recrutando novas combatentes¹⁰. Afinal, entre os livros e as armas de fogo, onde se encaixam as redes online no contexto dessas mulheres? Como elas se utilizam delas para apresentarem seus entendimentos de mundo? Suas perspectivas? E o ISIS? Como esse grupo tem utilizado a Internet como campo de batalha, construindo e disseminando seus discursos mundialmente?

A dimensão política das trocas comunicacionais

Cynthia Weber trouxe uma marcante e importante contribuição sobre a relevância de processos comunicacionais e constitutivos de moralidades e valorações nos processos políticos como um todo no seu ensaio *Securitising the Unconscious: The Bush Doctrine of Pre-emption and Minority Report*¹¹. Ao relacionar o filme chamado *Minority Report* e as práticas adotadas no governo Bush, ela explica:

A Doutrina Bush e o Departamento de Pré-Crime do *Minority Report* não só reordenaram institucionalmente as relações dos Estados Unidos com a justiça e a segurança. Eles também remapearam o que Michael Shapiro chama de ‘geografias morais’, ‘um conjunto de afirmações éticas silenciosas que pré-organiza os discursos ético-políticos explícitos’ e o que John Agnew chama de ‘imaginação geopolítica moderna’, o qual consiste em ‘práticas estruturantes com base em um conjunto de entendimentos sobre a forma como o mundo funciona’. Fazem-no no mais silencioso (ainda que gritando) espaço de todos: a inconsciente. (WEBER, 2005).

Assim como a autora defende olharmos para esse remapeamento das “gramáticas morais”

10 Informações retiradas do artigo publicado pela estudante PhD Dilar Dirik da Universidade de Cambridge, disponível no site <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/09/other-kurds-fighting-islamic-stat-2014928753566705.html>

11 O argumento do paper pode ser melhor contextualizado com as primeiras linhas do resumo do mesmo: “Using *Minority Report* as its interpretive guide, this essay considers how the securitisation of the unconscious is performed in primarily fiction (film) but also ‘fact’ (US foreign policy). The essay makes two general arguments. Implicitly, it argues that American moralities and what I call US moral grammars of war are not only formulated in traditional realms of politics but in geopolitical moral imaginaries in which US foreign policy intersects with popular (often filmic) imaginaries as well as with narratives about the family.”

e desses “entendimentos sobre a forma como o mundo funciona” na questão relativa ao filme *Minority Report* exibido na mesma época da política da Doutrina Bush nos EUA, reiteramos o argumento que esses entendimentos de mundo e essas constituições de gramáticas morais - que se dão no nível discursivo e da linguagem - são um ponto que precisa ser mais e melhor observado e discutido quando se pensa em conflitos e defesa internacionais. O legado de Jürgen Habermas¹² e outros autores - e críticos - que escreveram sobre esfera pública e processos de deliberação e a consecutiva relevância dessas teorias no interior das pesquisas e ensaios da Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Comunicação Social, Direito, entre tantas outras, torna cada vez mais evidente que entender as relações entre os Estados, entender os conflitos, entender a História (ou as Histórias) não é algo possível se ignorarmos o âmbito discursivo, o âmbito da disputa argumentativa e, também, o âmbito das construções e disputas morais. Nas palavras de Maia (2008):

Na política deliberativa, a atenção deixa de estar voltada para o ato final da votação e os problemas de escolha social que o acompanham, para se concentrar no processo pelo qual se forma a opinião na esfera pública, e no modo como ela influencia a formação da vontade política ou a produção das decisões coletivas nos âmbitos formais do sistema político. (...) Trata-se de examinar não apenas as preferências que os indivíduos têm num dado momento, mas também como complexas redes de argumentações, discussões morais e negociações pragmáticas vão-se constituindo e se sobrepondo umas às outras. (MAIA, 2008)

No caso do olhar sobre os conflitos e relações internacionais, não basta olhar para esses processos ansiando entender as relações militares ou econômicas simplesmente. Com um mundo cada vez mais populoso, urbano e conectado (tanto pelas tecnologias - de comunicação ou de transporte - quanto politicamente), as disputas dentro da esfera pública internacional se tornam centrais nas relações internacionais. Essas disputas se dão através de discursos, processos deliberativos, argumentações, jogos de visibilidade e invisibilidade e performances de poder. Nesse contexto, o surgimento da Internet nos anos 90 transforma substancialmente não só a esfera pública, mas as próprias formulações políticas e

12 Jürgen Habermas: filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente pelas teorias acerca do conceito de esfera pública e da racionalidade comunicativa.

as relações entre os cidadãos e o Estado. Como explicita Clay Shirky no paper *The Political Power of Social Media*, uma das alterações que vêm dessa tecnologia tem a ver com o fato de que:

(...) a partir do momento em que o cenário das comunicações fica mais denso, mais complexo e mais participativo, os internautas estão ganhando mais acesso à informação, mais oportunidades de se engajarem nos discursos públicos, e uma maior capacidade para empreenderem uma ação coletiva. (SHIRKY, 2011).

A Internet, então, não só vem sendo uma nova plataforma de comunicação, mas verdadeiramente se tornando intrínseca às múltiplas realidades que vivenciamos no Século XXI, reformulando as articulações políticas e dando lugar a novos discursos e construções simbólicas. Não é que esses discursos nunca estiveram em conflito e disputa: esses entraves sempre existiram, seja através do boca-a-boca, dos jornais dos movimentos, dos panfletos, das rádios, dos palanques, dos comícios, das reuniões, das entrevistas transmitidas pela televisão ou programas oficiais, entre outros. Mas com a Internet eles se tornam mais universalizados e horizontais, possibilitando que grupos com menor potencial tomem uma dimensão mais ampla de poder, como é o caso do próprio ISIS, por exemplo: apenas com os media tradicionais, seria improvável que obtivessem um alcance mundial para compartilhar suas ações e sua ideologia, porém, com as redes sociais, isso se torna possível.

Construindo uma gramática moral dissidente

Weber (2005) fala sobre a construção de “moral grammars of war” pelos Estados Unidos através de articulações que vão além da política tradicional, mas que se dá através de âmbitos como o do imaginário, por exemplo. A questão aqui é que qualquer grupo político, governo, movimento, etc., muito além de conseguir vitórias militares, anseia por vitórias de significados. O grupo Estado Islâmico tem um entendimento acerca do mundo que é compartilhado através de suas ações, seus textos, suas posturas, suas performances. O fato do ISIS compartilhar com todo o globo seus vídeos decapitando jornalistas ocidentais não diz só da morte dessas pessoas; isso

constrói poder e insere nas gramáticas morais mundiais os significados de mundo deste grupo: o califado como objetivo principal, o ódio contra o Ocidente – Ocidente que, segundo a moral religiosa sunita, propaga uma cultura pecadora contrária aos princípios islâmicos. O fato deste grupo ter vendido 300 mulheres como escravas sexuais não diz somente a respeito dos direitos feridos dessas pessoas; mas, também, do entendimento desse grupo acerca das mulheres, do significado e do lugar que essa ideologia atribui às mulheres. Da mesma forma, a resistência feminina curda não diz só das vitórias militares ansiando proteger as divisas de Kobani: tal grupo luta e disputa também significados. E utiliza a Internet para travar essas disputas político-simbólicas que constroem gramáticas éticas e morais, dado que essa plataforma torna possível essa inserção. Nesse caso, é possível identificar principalmente dois significados (ou argumentos, ou entendimentos) compartilhados por essas pessoas e subentendidos nos materiais compartilhados por elas: a) os direitos, o poder e a força das mulheres enquanto classe sexual (é possível percebê-lo nos discursos a favor dos direitos das mulheres, da possibilidade das mulheres lutarem em um conflito, guerra ou disputa, na defesa de que mulheres devem ser tratadas de forma semelhante aos homens, entre outras noções nesse sentido, identificados em vídeos do Youtube, entrevistas em portais e blogs e posts no Facebook, especialmente da página *The Middle Eastern Feminist* ou na página do YPJ) e b) os direitos do povo curdo frente aos ataques do grupo Estado Islâmico (é possível percebê-lo também nos locais anteriormente especificados, mas também em outros mais gerais relacionados à questão curda e não necessariamente conectados à questão das mulheres). As curdas, então, disputam para que tais noções tenham espaço na esfera pública internacional e que sejam compartilhadas e incorporadas à forma de enxergar o mundo de outros cidadãos, não só curdos, mas de todo o mundo: e usam, para isso, as redes sociais.

Assim, um entendimento e uma moral compartilhados mundialmente que se situam em um status quo, qual seja, a posição subalterna da classe sexual feminina, são questionados por uma inserção discursiva das mulheres curdas na esfera pública internacional através dos materiais produzidos por elas e compartilha-

hados na rede. Além disso, questionam também os significados e valores morais do grupo ISIS, defendendo o direito da população curda frente aos objetivos e ações do grupo terrorista islâmico, travando um conflito que vai além das armas e das ideologias, mas que se situa no campo do simbólico e do discursivo, no campo dos entraves para as construções de gramáticas morais.

Bibliografia

ARGENTIERI, Benedetta. Kurdish female fighters battle for freedom and equality in Syrian Kurdistan. Acessado em 03 de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://ekurd.net/miscas/articles/misc2014/12/syriakurd1757.htm>>

DIRIK, Dilar. The ‘other’ Kurds fighting the Islamic State. Acessado em 02 de Janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/09/other-kurds-fighting-islamic-stat-2014928753566705.html>>

GATEHOUSE, Gabriel. The Kurdish female fighters bringing the fight to IS. Acessado em 15 de Dezembro, 2014. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29085242>>.

Interview YPG fighter Zozan Cudi, Syria Kurdistan. Acessado em 03 de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.liveleak.com/view?i=cdb_1386717587>.

MAIA, Rousiley. Mídia e de-liberação. FGV Editora, 2008.

Meet the Kurdish Women Fighting ISIS in Syria. Acessado em 03 de Janeiro, 2015. Disponível em <<http://www.nbc-news.com/storyline/isis-terror/meet-kurdish-women-fighting-isis-syria-n199821>>

Mulheres curdas assumem a linha de frente contra o Estado Islâmico. Acessado em 03 de Janeiro, 2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo/mulheres-curdas-assumem-linha-de-frente-contr-a-estado-islamico-14730323>>.

NAÇÕES UNIDAS (2014, 14 de Novembro). Report of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic. Rule of Terror: Living under ISIS in Syria, Doc. Acessado em 10 de Dezembro, 2014. Disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/CoISyria/HRC_CRP_ISIS_14Nov2014.pdf>

PLATT, Gareth. A Kurdish Female Fighter’s War Story: ‘I Don’t Know How Many I’ve Killed in Kobani - I Don’t See Isis as Human’. Acessado em 20 de Dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.ibtimes.co.uk/kurdish-female-fighters-war-story-i-dont-know-how-many-ive-killed-kobani-i-dont-see-1471412>>.

SHIRKY, Clay. The political power of social media: Technology, the public sphere, and political change. Foreign affairs, p. 28-41, 2011.

Syrian observatory of human rights. Acessado em 10 de Dezembro, 2014. Disponível em <<http://syriaohr.com/en/>>

U.S. CONGRESS; U.S. SENATE; WIKIMEDIA FOUNDATION; FOREIGN AFFAIRS FOUNDATION; FOREIGN AFFAIRS COMMITTEE; AUSTRALIAN NATIONAL SECURITY. The ISIS Threat: The Rise of the Islamic State and their Dangerous Potential. Providence Research, 2014.

WEBER, Cynthia. Securitising the unconscious: The Bush doctrine of preemption and Minority Report. Geopolitics, v. 10, n. 3, p. 482-499, 2005.

Acessado em 10 de Dezembro, 2014 e 03 de Janeiro, 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/kurdish.female.fighters.yppj>>.

Acessado em 10 de Dezembro, 2014 e 03 de Janeiro, 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/themiddleeasternfeminist?fref=ts>>. Acessado em 15 de Dezembro, 2014. Disponível em <<http://bijikurdistan.tumblr.com/>>.

Youtube. (2014, Setembro 29). FULL 60 Minutes: Kurdish Female Fighters against ISIS

- FEMALE STATE (extended un-aired footage). [Video File]. Encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=lro62AJ6e7M>

Youtube. (2012, Julho 23). Female Fighters of Kurdistan (Part 3/3) [Video File]. Encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=PLxniHLkMM0>

Youtube. (2012, Julho 23). Female Fighters of Kurdistan (Part 2/3) [Video File]. Encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=cGVkQtMjDk8>

Youtube. (2012, Julho 23). Female Fighters of Kurdistan (Part 1/3) [Video File]. Encontrado em https://www.youtube.com/watch?v=h_0kg8V1xkE

Youtube. (2013, Fevereiro 1). “Islamic State of Iraq” tocando o terror [Video File]. Encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=raQolpZHOrM>

Youtube. (2014, Agosto 19). Yazidi Refugees Escape Islamic State Fighters: The Battle for Iraq (Dispatch 6) [Video File]. Encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=L8EdkH4bIIA>

Youtube. (2014, Abril 21). Caminhoneiros mortos por MUÇULMANOS por não saber-



COLUNAS

Tratados Internacionais que versam sobre direitos humanos

ANDERSON DE OLIVEIRA AMENDOLA DA SILVA



Para Alexandre de Moraes¹ os tratados e atos internacionais são incorporados ao ordenamento jurídico interno com status ordinário ou status constitucional, estes últimos devem ser aprovados com quorum de três quintos dos votos em dois turnos em cada casa do congresso nacional desde que tratem sobre direitos humanos. Para o doutrinador a internalização de tratados tem 3 fases: a primeira de competência do presidente da república é celebrar (ou assinar) os tratados (art.84, VIII, CF); a segunda é de competência exclusiva do congresso nacional, é a aprovação do decreto legislativo promulgado e publicado pelo presidente do senado federal (art.49,I); e a terceira comporta a edição de um decreto pelo Presidente da República promulgando o ato e o tratado, neste momento a norma adquire executoriedade interna podendo ser objeto de controle de constitucionalidade.

Determina o artigo 5º da constituição em seu parágrafo terceiro:

“§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)”²⁷

1 MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 701.

2 BRASIL. Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acessado em: 17 out. 2014.

Dessa mesma forma, conforme Alexandre Moraes³, dispõe a Constituição da nação argentina em seu artigo 75, item 22, entretanto para os argentinos o quórum é de dois terços da totalidade de seus membros.

O decreto nº 6949 de 2009 dispõe sobre a internalização da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência assinada em 2007, que foi conforme preâmbulo do decreto:

“Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007”

O decreto trata de um exemplo de tratado de direitos humanos que foi aprovado com quórum de emenda constitucional e tem força normativa de emenda em razão do art.5º, §3º, CR/88 trazido pelo emenda constitucional nº45 de 2004.

Quanto à controvérsia que pode surgir a respeito dos tratados anteriores à emenda 45/04, responde brilhante o professor Rezek⁴ que como não há nenhuma ressalva na emenda os tratados sobre direitos humanos já inter-
planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.> Acessado em: 17 out. 2014.

3 MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 703.

4 REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: cursoelementar. 12.ed.São Paulo:Saraiva,2010,p. 104.

nalizados com quórum de emenda serão elevados à categoria de tratados de nível constitucional trazendo como uma analogia o código tributário nacional, promulgado a seu tempo como lei ordinária e recepcionado como lei complementar pela constituição federativa de 88. Encontra-se ainda o direito de nacionalidade protegido pelo artigo 5º, parágrafo 2º que foi redigido da seguinte forma:

“ Os direitos e garantias expressos nesta constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil faça parte.”⁵

A doutrina nesse sentido afirma a tese do bloco de constitucionalidade, Flávia Piovesan⁶ entende que a “hierarquia constitucional dos tratados de proteção de direitos humanos fundamentais decorre do artigo 5º, parágrafo 2º, da Carta Federal à luz de uma interpretação sistemática e teleológica”, nessa forma de interpretação onde não inclui na hierarquia constitucional somente a constituição, o texto positivado em si, mas também outras normas de natureza constitucional como a ADCT, as Emendas Constitucionais, e os tratados aprovados com força de emenda, assim sendo, e estando os direitos humanos incluídos no bloco de constitucionalidade, tendo portanto natureza jurídica de direitos fundamentais no direito interno, ressalta a professora que esses direitos, “constituem cláusula pétrea, não podendo ser abolidos (art. 60, §4º), constituindo um verdadeiro limite ao poder de reforma constitucional”

Nesse sentido, verifica-se que os tratados internacionais fazem parte da constituição, e somente recebem essa categoria, se aprovados com o quórum de emendas constitucionais, não bastando a simples assinatura do tratado pelo Presidente da República, mas também necessitam da aprovação do Congresso Nacional, portanto não ferem a soberania, pois são aceitos e inseridos no âmbito do sistema jurídico nacional.

A chamada reforma do judiciário (EC 45/04) estabelece a submissão do Brasil à ju-

risdição do Tribunal Internacional que tenha manifestado adesão, o Estatuto de Roma criou o Tribunal Penal Internacional sendo aprovado em 1998, assinado pelo Brasil em 2000 e aprovado e internalizado em 2002, o professor Lenza ao tratar do tema lembra que não haverá prejuízo ao sistema jurídico interno, por inteligência do art. 1º do Estatuto de Roma, que consagra o princípio da complementariedade, onde o TPI exercerá sua jurisdição apenas quando houver incapacidade ou omissão do Estado.

5 BRASIL. Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 17 out. 2014.

6 BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Elementos de direito público. São Paulo: manole, 2003, p.159.

Cuba e Estados Unidos: novos ares nas Américas

GABRIEL ASAF E NATÁLIA AMARAL DE ARAÚJO



As relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba existem desde a virada do século XIX para o XX. No início, os EUA ajudaram a colônia espanhola a conquistar sua liberdade e, assim, exigiram um poder de intervenção para manter a ilha livre. Durante a primeira metade do século XX, as relações bilaterais entre esses Estados foi pacífica. A partir da década de 1950, no entanto, essa paz deu lugar a uma disputa política, econômica e ideológica. A Revolução Cubana, em 1959, culminou no corte das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, assim como na saída desse da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O relacionamento entre os dois países se dá de forma conturbada há mais de meio século. Demonstrado principalmente pelo embargo econômico que ainda persiste sobre a Ilha caribenha desde 1961, além da inclusão, em 1982 – e recente retirada – de Cuba na lista dos Estados patrocinadores do terrorismo. Essa relação, contudo, tem mostrado sinais de reaproximação, a medida em que vão sendo superadas questões político-ideológicas.

Em sua primeira Cúpula das Américas, realizada em Trinidad e Tobago, em 2009, o então recentemente eleito presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, afirmou ser do interesse norte-americano, a reaproximação dos países latino-americanos. Então, a partir de dificuldades políticas encontradas no

Congresso estadunidense, Obama sente a necessidade de ação independente da inércia do parlamento para dar corpo a sua política externa de restabelecimento de relações cordiais com os países ao sul do Rio Grande. Vários fatores internos e externos contribuem para tal.

A Venezuela, principal opositora ao país do norte-americano na América Latina, vive uma intensa crise econômica que tem reflexos em sua política interna e externa. Crise essa provocada pela abrupta queda no preço do Petróleo, base de sua economia e fonte de renda da maior parte da população. Cuba, até então sua principal aliança no continente, observa a fragilização dos acordos de cooperação e venda de petróleo para o país, o que debilita a fidelidade à Venezuela em favor de países que tem visto sua economia crescer. Dessa forma, Cuba busca alternativas e a flexibilização nas relações com outros países da América para que a fragilidade de sua parceira não a atinja.

O lado norte-americano também tem suas razões para reestruturar as relações com Cuba. Os Estados Unidos querem modificar a imagem intervencionista que tem perante os países latino-americanos. Para isso, busca a reaproximação com os diversos países da região, através da reabertura do diálogo e acordos. Acordos que pautam as questões migratórias, tendo em vista o grande e crescente percentual de sua população de origem hispânica ou latina, o acresce o lobby latino dentro da cúpula de governo americana.

Ademais, os Estados Unidos apresentam um novo viés em sua política externa, de preocupação e extensão do debate climático aos demais países latinos para o investimento em fontes alternativas de energia. Debate que é reforçado com a crise da principal economia fornecedora de petróleo latina, com a redução drástica do preço do combustível fóssil mais utilizado no mundo.

A partir da mediação inicial do Sumo Pontífice da Igreja Católica, uma Cuba preocupada com o futuro de seu regime e sua estabilidade econômica, e um presidente norte-americano tentando restabelecer a dinâmica regional através do legado de seu governo perante a inércia de um congresso conservador, vão, num movimento histórico e simbólico para a abolição dos últimos resquícios de Guerra Fria do continente, romper com a contenda entre os dois países e promover um amplo diálogo sobre o ressurgimento de um novo capítulo na história das relações internacionais americanas.

As negociações que se seguem ao restabelecimento do diálogo e das relações diplomáticas entre os dois países são de imensa importância para o desenvolvimento da diplomacia local. O próximo passo no desenrolar dos acontecimentos e restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países já foi dado: a retirada de Cuba da lista dos países patrocinadores do Terrorismo – onde se encontrava desde 1982. Discute-se a reabertura de embaixadas e representações consulares recíprocas. Processo esse que se dará de forma lenta e gradual. Ao passo que as relações vão se desenvolvendo e observa-se a semente da reabertura econômica cubana, o questionamento que assume a identidade das negociações é acerca do embargo econômico que assola a Ilha desde 1961. Esse objetivo, no entanto, parece se distanciar das próximas resoluções e, assim, não parece se configurar em soluções práticas. As expectativas futuras para os rumos da relação Estados Unidos – Cuba não podem ser medidas, mas há a espera para o fim do embargo econômico. Este fato, não obstante, é incerto visto que ainda é um evento recente. Podemos, contudo, afirmar que a geopolítica regional está em constante mudança com a ressignificação dos atores e com a transformação das relações entre os mesmos. A reaproximação entre EUA e Cuba é um grande

passo para uma maior integração das Américas e as consequências políticas devem, em breve, se tornar importantes desdobramentos econômicos.

Bibliografia

“O que significa Cuba sair da ‘lista negra’ dos Estados Unidos?”. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150415_cuba_eua_lista_cc >. Visualização: 29 de maio de 2015

“Petróleo e Cuba ajudam EUA a retomar protagonismo na América Latina.”. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150412_eua_americalatina_relacoes_pai_jf.shtml >. Visualização: 01 de junho de 2015.

“Obama e Raúl Castro anunciam retomada das relações de Cuba e EUA.”. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/obama-e-raul-castro-anunciam-restabelecimento-de-relacoes-de-cuba-e-eua.html> >. Visualização: 01 de junho de 2015.

GEOPOLÍTICA DA CATÁSTROFE: O NEPAL ENTRE A DESTRUIÇÃO INTERNA E A INVIABILIDADE ESTRATÉGICA

FERNANDO CESAR BORGES E SILVA



A imprevisibilidade, em qualquer âmbito que seja configurada, permite diversas assimilações sobre seus desdobramentos. Na política, o imprevisto nem sempre é favorável para determinados setores que se beneficiam da situação e da continuidade, porém pode ser absolutamente próspero para aqueles que obstinam mudar a configuração clássica de outrora e lograr para si o benefício da circunstância. Na história, aquilo que não se imagina pode revelar consequências magistrais para o curso dos acontecimentos, transformando a realidade, seja ela pontual ou generalizada. Tal como nas artes, onde o inusitado e o insuspeito podem garantir a excelência dos hábeis ou a ruína dos inaptos.

Com o avanço tecnológico e a necessidade de se reduzir a arbitrariedade na vida humana, diversos métodos de previsão avançam, em larga escala, sobre os contornos da incerteza a respeito dos fenômenos diários. Estatísticas, modelos matemáticos, estudos de padrões e análises quantitativas permitem, em um substrato amplo, prever e alterar resultados que antes eram tidos como sumariamente imprevisíveis. Um desses campos que avançou largamente nos últimos anos foi a meteorologia e a prevenção de desastres naturais. Mas entre a previsão e a prevenção, há um hiato muitas vezes crítico. No dia 25 de

Abril de 2015, o mundo presenciou a verdadeira face desse interstício, resultando em mais de 7.000 óbitos e incalculáveis danos secundários. O Nepal, país que ocupa a 145ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, sendo o 7º pior IDH da Ásia e Oceania, viu um quarto de sua população ser afetada pelos abalos de um terremoto de magnitude 7,8 na escala Richter.

Mesmo sendo analisado por cientistas do Comissariado de energia atômica e energias alternativas (CEA), da França, que sugerem que eventos sísmicos de tal relevância ocorram de maneira cíclica na região, de modo que terremotos anteriores geram condições propícias para a formação de outros futuros, não foi possível criar um sistema mínimo de contenção de riscos para limitar os efeitos drásticos desencadeados pelo terremoto. Devido à situação econômica pouco próspera do Nepal, os esforços de prevenção de desastres são ainda singelos em termos tecnológicos. Mas a população nepalesa, principalmente no seio das grandes cidades, como é o caso da capital Katmandu, vem sendo educada há algumas décadas para agir em caso de tremores de maior escala. Porém, mesmo com os resquícios de prevenção que timidamente existiam antes do dia 25 de abril, muito pouco pode ser feito e as consequências da catástrofe agora se espal-

ham por todo o modesto país cortado pela nada modesta cordilheira do Himalaia, onde reside soberano o pico mais alto do mundo, o Everest.

No âmago dos esforços de recuperação imediata, diversas nações – boa parte delas com significativa relevância econômica regional e global – se dispuseram a enviar recursos e ajuda para o Nepal, em concordância com as iniciativas da ONU e com os pedidos de suporte expedidos pelas autoridades do país. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a declarar o envio de equipe especializada para o Nepal, tal como um montante financeiro de US\$ 1 milhão de dólares para efetivar os esforços imediatos de resgate. A Índia, país vizinho ao Nepal, logo após a tragédia enviou aviões militares com mantimentos e uma equipe de assistência. O Paquistão enviou, em um primeiro momento, um avião com 30 leitos hospitalares e uma série de mantimentos, além de uma equipe de médicos e especialistas. A China se comprometeu em enviar alguns especialistas para a região e cães treinados para o resgate de vítimas, investimento em infraestrutura de recuperação e equipes médicas (porém o governo nepalês recusou parte do auxílio Chinês). Reino Unido, França, Alemanha, Noruega, Israel, Espanha, União Europeia, Organizações Não Governamentais, agências especializadas e mais uma série de países puseram recursos próprios visando à otimização dos esforços de assistência e solidariedade com a população do Nepal.

Nesse sentido, além de toda a sistematização das políticas de reconstrução e apoio ao Nepal, vale compreender como o terremoto e o enfraquecimento das instituições político-econômicas que o Nepal presenciou nos últimos anos, impacta diretamente na configuração geopolítica da região em que o país se insere. Em âmbito doméstico, o país passa por uma séria reformulação política desencadeada em na transição entre as décadas de 1990 e 2000, com a guerra civil que derrubou a monarquia liderada pelo rei Gyanendra Bir Bikram Shah Dev.

O sistema monárquico é presente no Nepal desde a sua independência do Reino Unido, em 1768. A monarquia vem caindo em desencanto substancial e, em meados da década de 1990, o Partido Comunista nepalês-maoísta, aliado ao Partido do Congresso (as duas legendas de maior importância no país) capitaneiam

uma série de protestos e enfrentamento político em relação ao governo. Ocorreram mudanças no quadro político, com a constituição de uma Monarquia Parlamentarista. Em 1996, o Partido Comunista nepalês-maoísta, munido do desejo de criação de um governo socialista no país, estabelecendo uma guerrilha de resistência dentro do país. Por parte da monarquia, ocorrem diversos acontecimentos que demonstram a fragilidade e o autoritarismo político empregado pelos monarcas, principalmente a partir dos anos 2000, como o assassinato da família real pelo príncipe Diprenda, sua morte e a dissolução do parlamento pelo rei posto Gyanendra. Com a intensificação da resistência por parte da guerrilha de cunho socialista, a guerra civil que se abatera sobre o país resulta em cada vez mais vítimas fatais e desaparecimentos, resultando em uma maior atenção dos órgãos vigilantes dos direitos humanos para o país. Depois de um conflito crítico e um período marcado pela dicotomia entre os monarquistas e grande parte da população, que apoiava o fim da monarquia, em 2008 foi instaurado a sistema republicano no Nepal.

Todo esse processo político revela o quão instável a política doméstica do Nepal se apresenta e como os efeitos do terremoto contribuem para prejudicar ainda mais esse quadro político no país. No setor externo, destaca-se, principalmente, como as grandes potências lidaram diretamente com o conflito nepalês. EUA e Reino Unido pressionaram sumariamente o governo monárquico do rei Gyanendra no sentido de possibilitar a democratização do país. Essa postura dialoga com o crescimento galopante da China na virada do milênio e sua postura de fortalecimento regional como uma potência multilateral.

O Nepal se posiciona na zona de influência imediata da China. O posicionamento do país em relação ao Sul da Ásia se mostra bastante equiparado com seus objetivos de projeção global, trazendo a China como um ator substancialmente competitivo ao poderio ocidental, principalmente do governo de Washington, na região. As relações entre China e Nepal não se limitam as últimas décadas. Desde 1960, a China e a Índia se configuram como as principais nações que mantém contato direto com o Nepal, porém, segundo Tsering Shakya, pesquisador do Institute of Asian Research - University of Brit-

ish Columbia, a população do Nepal, principalmente a elite, tem uma percepção mais positiva do contato com a China em relação à Índia, e isso se dá justamente pelo fato da China se posicionar como uma provedora de tecnologia e se mostrar mais ávida em sua expansão de produtos tecnológicos pela porção sul do continente asiático. Mesmo com essa simpatia no tocante a aproximação tecnológica e cultural com o governo chinês, a recusa de aceitação de certos recursos enviados pelo mesmo ao Nepal revela-se como um receio estratégico do governo de Katmandu no que diz respeito ao crescente expansionismo da influência chinesa. Pelo lado chinês, a opinião em relação ao Nepal é basicamente pautada pela relação assimétrica entre a grande potência econômica e o país que possuiu uma significativa fatia de sua população abaixo da linha da pobreza.

Em termos econômicos, é válida para a China a ajuda na recuperação do Nepal, pois garante de maneira sumária o fortalecimento de um mercado consumidor e a conservação de uma dependência política entre ambas as nações. O pragmatismo internacional que a China emprega em suas relações permite compreender o caráter de pouca significância que a opinião interna do país possui em relação ao Nepal, mesmo com os acontecimentos que abalaram o pequeno país recentemente, porém, no âmbito da política internacional, a forte presença da China como um país influente no Nepal pode ser entendida como um enfrentamento direto a um de seus potenciais rivais continentais, a Índia. O vácuo de atuação da China pode resultar em uma aproximação crescente Nepal-Índia, gerando, por sua vez, um afastamento exponencial das relações com a China e o fortalecimento regional gradativo da Índia como um player forte a atuante no continente asiático.

Em meio a toda essa lógica de atuação, repousa a situação alarmante do Nepal. Um país precário, imerso em uma das piores tragédias de sua história e, mesmo diante de importantes dilemas internos que abrangem todos os setores – desde os mais cruciais, como segurança, energia e comunicação, até os mais pontuais –, precisa pensar em como solucionar suas devidas demandas sem deixar de resguardar sua independência política e econômica, dentro de uma das zonas de influência mais importantes da política global.

BIBLIOGRAFIA

BBC Reino Unido. Em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150425_nepal_terremoto_hb. Acessado em: 23 de maio de 2015.

SHAKYA, Tsering., GURUNG, Ashok. “Was Nepal a Soft Power Victory for China?” Foreign Policy. Em: <http://foreignpolicy.com/2015/05/01/nepal-china-earthquake-aid-taiwan-power/>. Acessado em 29 de maio de 2015.

BBC Reino Unido. Em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150426_nepal_terremoto_padrao_historico_rb. Acessado em: 29 de maio de 2015.

MALAGÓN, Juanita. “Terremoto no Nepal: Tragédia Anunciada?” El País. Em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/27/internacional/1430127408_146023.html. Acessado em: 29 de maio de 2015.

EBC Notícias. Em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/04/eua-india-e-china-anunciam-envio-de-ajuda-paises-attingidos-por>. Acessado em: 29 de maio de 2015

Folha de São Paulo. Em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2015/05/1624650-tragedia-atropelou-processo-politico-no-nepal-diz-embaixadora-a-tv-folha.shtml>. Acessado em: 29 de maio de 2015.

MAIA, Ana Carolina Medeiros. A situação política no Nepal. Conjuntura Internacional, Minas Gerais, n. 11, p. 1-4, 2008.

Nações Unidas no Brasil. Em: <http://nacoesunidas.org/onu-critica-lei-que-preve-anistia-a-graves-violacoes-de-direitos-humanos-no-nepal/>. Acessado em: 29 de maio de 2015.

O COSMO ESTÁ EM BUSCA DE PARCERIAS!

Instituto de Estudos Estratégicos

Por acreditar que o intercâmbio científico é parte essencial da vida acadêmica e, também, fundamental para seu próprio crescimento, o Cosmo estará sempre disponível à convites e propostas vindas de outras publicações e instituições brasileiras e estrangeiras

Contatos:

ocosmopolitico@gmail.com
ocosmopolitico.com
facebook.com/ocosmopolitico
twitter.com/ocosmopolitico

Nada de Novo no Front – Erich Maria Remarque

JULIANA CAULO



A Primeira Guerra Mundial foi um dos conflitos mais atrozés da humanidade. Por conta dela muitas obras ficcionais e não ficcionais ou, as que como a que aqui será apresentada misturam ambos os aspectos, foram e ainda são lançadas. Além disso é possível encontrar revisões historiográficas sobre as suas origens e efeitos. A Guerra teve início em 1914, com o assassinato do Arquiduque austro-húngaro Francisco Ferdinando. O referido assassinato mostrava uma das grandes motivações da guerra: o nacionalismo. Ferdinando foi assassinado por um jovem integrante do grupo Mão Negra, de ideologia nacionalista e contrário a influência austro-húngara na região dos balcãs. O Império por sua vez não aceitou as punições dadas ao jovem, considerando que estas não faziam jus ao assassinato de seu representante, e declarou guerra à Sérvia.

Erich Maria Remarque é o autor da obra “Nada de Novo no Front”. O livro alemão que virou um clássico da literatura é tido como leitura quase que obrigatória para aqueles que desejam conhecer um pouco mais sobre as obras que tratam da Primeira Guerra Mundial. O autor que na verdade se chama Erich Paul Remark, adotou o pseudônimo literário após retornar da Guerra, onde lutou nas trincheiras aos dezoito anos de idade. Tal fato nos ajuda a compreender o porquê de sua obra ser simples, porém marcante do conflito que assolou as primeiras décadas do século XX.

O enredo narra comoventemente a história de Paul Baumer, um jovem de 17 anos – mais ou menos a idade do próprio autor quando foi enviado às trincheiras - que se alistou nas forças armadas alemães motivado por um dever patriótico. No entanto, esse dever se revela muito aquém das visões romantizadas e heróicas, mostrando um outro lado da guerra. A partir de então somos apresentados e dilacerados pela a experiência real, num relato autobiográfico de Remarque, sobre as interpéries da Guerra.

O interessante do livro, é a aborfação das atrocidades do conflito como algo cotidiano, daí a origem do título. Paul nos mostra momentos assombrosos de forma natural, como se fosse algo corriqueiro e não uma situação precária para o corpo e alma dos homens. Esse aspecto da obra a tornou conhecida como uma das mais influentes obras pacifistas da literatura e chocou a sociedade com seus relatos descritivos e realistas. O recurso para reforçar a necessidade da paz era justamente “banalizar” a morte. A tentativa de chocar o público foi sem dúvida realizada com sucesso.

Seco e realista, o autor faz questão de descrever aquilo que se passa, os corpos dilacerados e os indícios de trauma. Com isso é possível estar mais perto da dureza que realmente é uma guerra, sem os floreios e heroísmos romancados que por muitas vezes são retradados quando se fala de conflitos bélicos.

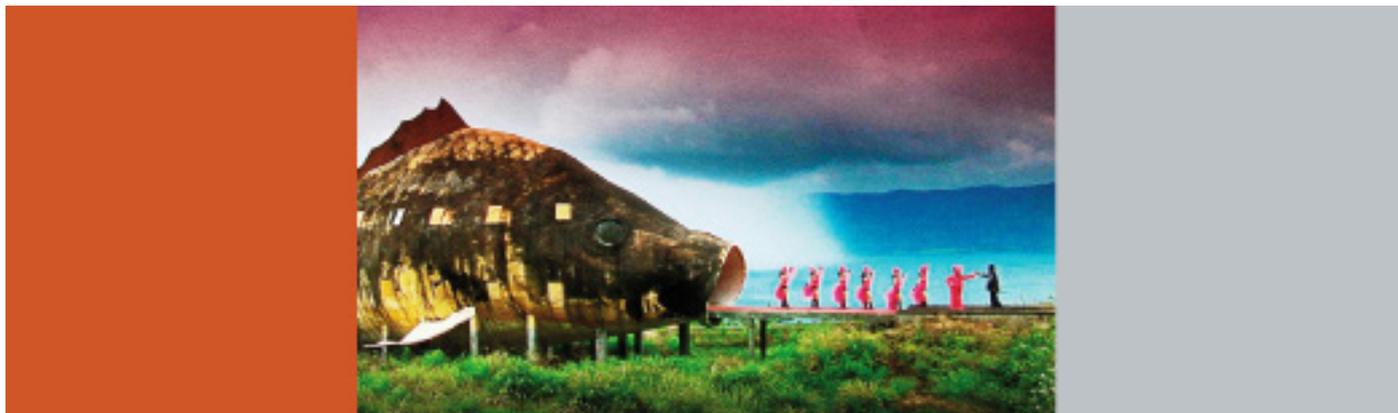
Não há heroísmo em morrer, e como o personagem quotefica “ morrer não é uma aventura”. Podemos identificar nisso uma crítica às obras que tratavam de conflitos bélicos apenas como pano de fundo para aventuras e romances, sem mostrar sua realidade e a sua verdadeira essência.

Nada de Novo não busca a redenção. Nem a explicação ou autopiedade. Na verdade é um livro de uma simples força, que tenta nos passar a complexidade do que acontece com aqueles que lutam e se descobrem lutando por algo que não reconhecem como suas motivações. É um livro que mostra o momento em que esperanças e planos não importam e a morte é a única certeza que se pode ter. A obra é tida como uma produção extremante influente na literatura e no pensamento intelectual moderno, constatando seu teor atemporal.

As marcas deixadas nos personagens que sobreviveram, foram retratadas no cinema por meio de um premiado filme de mesmo nome e através de uma obra televisiva chamada “ Adeus à Inocência”. O livro, sem dúvidas foi uma obra impactante, inovadora na sua forma de relatar a Primeira Guerra e reflexiva sobre as verdades dos fronts.

INDONÉSIA E A NATUREZA DA IMPUNIDADE

YASMIN PAES



Introdução

Em um filme extraordinário, o diretor Joshua Oppenheimer nos apresenta uma nova forma de se fazer documentários, aquela que não só retoma o passado e conta o presente, como provoca uma verdadeira crise existencial em seus protagonistas e expectadores. “O Ato de Matar” é inesquecível e perturbador, pois ninguém sai ileso da crueza de suas cenas. Com cortes precisos e sem censura, os assassinos e protagonistas dos massacres anti-comunistas na Indonésia em 1965 e 1966 interagem com a câmera de forma natural e orgulhosa relatando seus crimes. Impunes, eles andam pelas ruas de Sumatra do Norte como heróis, possuindo respaldo de autoridades do governo indonésio que os colocam como salvadores da pátria. De fato, a organização paramilitar em análise e grande perpetradora da chacina anti-comunista, a Pancasila Youth, é proveniente do Partido Patriótico. Os atos de sadismo e morte que se deram na época ecoam na Indonésia até hoje, seja pelo silêncio dos atingidos pelo massacre seja pela liberdade de seus criminosos.

Inicialmente concebido para contar a história dos sobreviventes, familiares e testemunhas do massacre, o filme mudou de foco após

Oppenheimer e sua equipe terem sido repetidamente perseguidos e presos toda vez que tentavam entrevistar e contar o passado obscuro da Indonésia. Descobriram que se comunicar com os assassinos – muitas vezes vizinhos de suas vítimas – era muito mais fácil e a história pode ser contada a partir de seus perpetradores. Oppenheimer convidou-os para estrelarem o próprio filme e narrarem seus feitos. A proposta foi entusiasticamente aceita. A partir desse momento, o filme se desenvolve como uma crítica à impunidade dos criminosos e o impacto de suas ações em suas vidas e na Indonésia desde então.

Contexto Histórico

Em 30 de setembro de 1965, a Indonésia sofreu um golpe militar que destituiu o então presidente Ahmed Sukarno, subindo ao poder o general Haji Mohammed Suharto em março de 1966, instituindo um período de “Nova Ordem”. Durante um lapso de pouco mais de cinco meses, o país viveu um dos momentos mais sombrios de sua história. Com o objetivo de dismantelar toda a esquerda e sob o comando do general-ditador, entre quinhentos mil e um milhão de comunistas

e simpatizantes foram mortos pelas mãos de organizações paramilitares, como a já citada Pancasila Youth. A maioria das vítimas era filiada ao Partido Comunista da Indonésia (PKI), o maior partido comunista do mundo fora da União Soviética e da China. O PKI era grande apoiador do ex-presidente Sukarno – idealizador a Conferência de Bandung de 1955 e do movimento não-alinhado – que, no entanto, não era comunista. No ápice da Guerra Fria, o massacre foi realizado de maneira a fortalecer o regime de “Nova Ordem” que recebia grande respaldo e assistência dos Estados Unidos. O golpe de Estado da direita representou uma vitória para o Ocidente que vinha sendo desacreditado na Ásia por episódios como a Guerra do Vietnã. O governo norte-americano inclusive teve ativa participação nos eventos sangrentos de 1965 e 1966 através de agentes da CIA. Seus modelos de interrogatório e tortura eram utilizados para desmascarar comunistas, levando-os para dolorosas mortes com arame. Com esse apoio econômico e ideológico dos ianques, a Indonésia pode viver um período de estabilidade econômica. No entanto, as marcas de sangue da carnificina jamais iriam sair da memória do país.

“O Ato de Matar”

Em uma experiência delirante, Oppenheimer nos leva a uma Indonésia de feridas abertas. O passado, mesmo que silenciado, não foi superado por suas testemunhas; e talvez ele nunca seja. Ativistas dos direitos humanos e sobreviventes fizeram um apelo à Oppenheimer para que ele produzisse um filme que fizesse os indonésios não só recordarem o passado que já conheciam, mas refletirem sobre os eventos que baseiam a atual sociedade do país. O massacre lançou os pilares para a Indonésia ser o que é hoje: um país de impunidade. Como o próprio Oppenheimer constata: “Essa é uma sociedade que foi fundada sobre assassinatos em massa, onde os perpetradores estão no poder, onde as vítimas deviam agradecer-los por mandarem-nas para o paraíso.”¹

1 KITAMURA, Katie. Joshua Oppenheimer on ‘The Act of Killing’: The director talks to Al Jazeera about his chilling documentary on death squad leaders in Indonesia. 2013. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/articles/2013/9/22/joshua-oppenheimeronfilmingtheactofkilling.html>>.

Em “O Ato de Matar” conhecemos Anwar Congo, um dos pais fundadores da organização paramilitar Pancasila Youth, que ostenta o assassinato de mil pessoas a sangue frio. Assim como tantos outros perpetradores, Congo fala com naturalidade sobre seus atos criminosos e leva Oppenheimer para os locais onde realizava a carnificina. Lá, ele narra sobre a inovadora forma de matar que descobriu com os filmes de gângsteres: o garroteamento com arame. Essa técnica era mais limpa e não sujava o chão com tanto sangue quanto uma decapitação; prático, fácil e rápido. Dessa maneira, Congo – uma figura extraordinária – se gabava de ser um “gângster”, afinal, ele e seus colegas “nasceram livres” como aqueles dos filmes norte-americanos que o fascinavam. Para Oppenheimer, conhecer o verdadeiro Anwar Congo lhe custou uma jornada que durou a produção de um filme completo.

Entretanto, ao contrário do que se pode pensar, Congo não foi o primeiro perpetrador que Oppenheimer conheceu. Na verdade, ele foi o quadragésimo primeiro assassino a ser entrevistado pelo diretor. Mas havia algo a mais em Congo que o fez desejar contar a história de não só um homem, mas de todo um país. Ao convidá-lo a encenar com seus colegas os episódios de sadismo e estrangulamento, Oppenheimer buscava mostrar o quanto a impunidade estava presente na Indonésia. Os perpetradores se divertiam ao gravar as cenas com efeitos especiais e sangue falso, cujos resultados eram toscos e amadores. Mas Oppenheimer descobriu que a impunidade poderia prover mais do que liberdade para os assassinos: ela provia uma crise existencial. A crise de Anwar é a maior de todas, pois esse homem não possuía verdadeiro orgulho pelo que fez, mas tinha consciência da gravidade de suas ações. No entanto, a glorificação e o título de herói nacional maquiavam sua crueldade. Oppenheimer antecipa essa constatação logo na abertura do documentário, quando cita Voltaire: “Matar é proibido, por isso todos os assassinos são castigados, a menos que matem em grandes quantidades e ao som das trombetas”².

No curso do filme, Anwar Congo não é castigado como muitos gostariam que fosse:

2 O ATO de Matar. Direção de Joshua Oppenheimer. Produção de Werner Herzog, Errol Morris, Andre Singer. Roteiro: Joshua Oppenheimer. Dinamarca, Reino Unido: Final Cut For Real, 2012. (122 min.)

uns o condenariam a morte, outros à prisão perpétua. No entanto, a experiência de Congo em “O Ato de Matar”, tendo que reproduzir as torturas no lugar dos torturados, fez sua dor extravasar os limites que a vida até agora havia imposto. Experiência que o traumatizou. Ele era um homem procurando ser julgado em meio a uma sociedade que não queria julgá-lo. Sua redenção foi pessoal e única, não havia mais o que comemorar ou ostentar, apenas dor.

Considerações Finais

A dimensão dessa impunidade na Indonésia tem proporções gigantescas. Um país em que a corrupção é algo rotineiro, o gangsterismo vigora com aprovação de autoridades e as organizações paramilitares são adoradas. A população é acuada por seu passado traumatizante, que não é colocado para o debate: é intrínseco a ela e pinta uma atmosfera de constante receio. Com “O Ato de Matar” Oppenheimer busca fazer a população indonésia refletir e questionar não só o passado, mas compreender o presente e se emancipar das origens de crueldade.

O país que condenou dois brasileiros à morte por tráfico – causando um grande desconforto para o governo brasileiro – é o mesmo país que deixa assassinos livres e os vangloria. País que é enfocado pela câmera de Joshua Oppenheimer não por suas belezas naturais, praias ou cultura pitoresca, mas por seu regime de medo e impunidade que vigoram até hoje. O filme não foi bem recebido pelas autoridades e pelos próprios perpetradores do massacre, porque eles não imaginavam no que as cenas gravadas iriam se transformar: dolorosa crítica.

Um documentário louvável que foi nomeado ao Oscar na categoria de Melhor Documentário e venceu como Melhor Documentário no BAFTA Film Award, “O Ato de Matar” nos leva a uma Indonésia pouco explorada e nos conta uma história de horrores e sadismos. Um passado em que os direitos humanos não existiam e seus perpetradores ditavam as leis. Talvez eles ditem até hoje.

Second Greatest Crime of the Century. Atlanta: World View Publishers, 1978.

THE Act of Killing Full Interview with Joshua Oppenheimer. Los Angeles: Film Courage, 2014. (16 min.)

CRIBB, Robert; FORD, Michele. The killings of 1965-66. 2010. Disponível em: <<http://www.insideindonesia.org/the-killings-of-1965-66>>.

MELVIN, Jess. Review: When perpetrators speak. 2013. Disponível em: <<http://www.insideindonesia.org/review-when-perpetrators-speak>>.

Bibliografia

GRISWOLD, Deirdre. Indonesia 1965: The

V SDGEI



**NOVA AGENDA DE SEGURANÇA
INTERNACIONAL:**

PANORAMA BRASILEIRO

O CENÁRIO INTERNACIONAL MUDA CONSTANTEMENTE E NÃO NOS DAMOS CONTA DO RUMO QUE A HISTÓRIA TOMA EM DOSES HOMEOPÁTICAS, MAS SIM, EM UM GRANDE PERÍODO DE TEMPO. DESTA FORMA, A V SEMANA DE DEFESA TOMA OS ÚLTIMOS ANOS COMO BASE PARA ANALISAR O CENÁRIO QUE FOI DESENVOLVIDO PELAS RECENTES MUDANÇAS, COM A EXPLOSÃO DE NOVAS AMEAÇAS E DESAFIOS.

QUAL SERÁ O FUTURO DO ISIS NO ORIENTE MÉDIO? A COALIZÃO SERÁ CAPAZ DE FREAR A SUA EXPANSÃO? O MUNDO INTERNACIONAL ESTÁ PREPARADO PARA A GUERRA ASSIMÉTRICA? A RÚSSIA ESTÁ SE REERGUENDO NOVAMENTE CONTRA A HEGEMONIA DOS EUA? O IMPÉRIO CHINÊS PREPARA SEU RENASCIMENTO? COMO SE DARÃO AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA? COMO AS GRANDES POTÊNCIAS LIDARÃO COM A GUERRA CIBERNÉTICA? QUAL SERÁ O RUMO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL? COMO O BRASIL ESTÁ ATUANDO NA DEFESA DE SUAS FRONTEIRAS?

DIANTE DISSO, TRATAREMOS SOBRE QUAIS AMEAÇAS AFETAM DIRETAMENTE O BRASIL E COMO ESSE CONTEXTO INTERFERE NA NOSSA POLÍTICA EXTERNA E INTERNA. DE QUE FORMA NOSSO PAÍS RESPONDERÁ A ESSES DESAFIOS? MAIS AINDA, ESTAMOS PREPARADOS PARA AS AMEAÇAS DO SÉC XXI? ESTAS E OUTRAS PERGUNTAS SERÃO DISCUTIDAS NA V SEMANA DE DEFESA E GESTÃO ESTRATÉGICA INTERNACIONAL, UMA EDIÇÃO QUE FICARÁ PARA A HISTÓRIA!

20, 21 e 22 de Outubro

www.semanadefesa.com.br

